PROTOCOLO GERAL

NUP: **65323.001620/2024-44**

ASSUNTO
Processo Administrativo
Pregão Eletrônico SRP

Nr **90005/2024**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4° BIS
(4ª Companhia de Fronteira/ 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

SEÇÃO: SALC **ANO:** 2024

INTERESSADO COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.

VOLUME II

ASSUNTO Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico (SRP) Nr 90005/2024

OBJETO Aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento do Cmdo Fron AC/4° BIS.

PREGOEIRO DESIGNADO, ALEXANDRO **GRANDO**, conforme BI Nr 43, de 04/03/2024, do Cmdo de Fron Ac/4°BIS (anexo)

ANEXOS : VOLUME N° 02/02

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1 –				16			
2				17			
3				18			
4				19			
5				20			
6				21			
7				22			
8				23			
9				24			
10				25			
11				26			

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 201
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO DE ABERTURA

Ao terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, procedemos à abertura do VOLUME II, do **Pregão Eletrônico nº 90005/2024**, NUP 65323.001620/2024-44 que se inicia na folha 201 do que para constar lavrei o presente termo.

Rio Branco-AC, 03 de abril de 2024.

[redacted]

PÂMELA PARCIANELLO DOS SANTOS – 2º Ten
Chefe da Seção de Aquisição Licitações e Contratos

CMDO AERON ACRE, 4º BIS FL: 202 SALC

255. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3.9. Minuta de Termo de Contrato

256. O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

3.10. Designação de Agentes Públicos

257. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

> "Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:
>
> I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
>
> II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
>
> III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
>
> § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
>
> § 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
>
> Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
>
> § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
>
> § 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
>
> § 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções

CMDO 4ª BIS FL: 201 SALC

essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro."

258. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

"§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica."

259. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

260. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto nº 11.246, de 2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de

CMDO 1ºRON ACRE 1º BIS FL: 22 SALC

> ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.
> Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:
> I - será avaliada na situação fática processual; e
> II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:
> a) da consolidação das linhas de defesa; e
> b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação."
> (grifou-se)

261. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

> "Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto."

262. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

3.11. Publicidade do edital e do termo do contrato

263. É obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

264. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. CONCLUSÃO

265. Ante o exposto, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, uma vez observadas todas as recomendações deste parecer referencial, inexistindo qualquer dúvida jurídica que justifique o envio de consulta específica e desde que o Órgão assessorado ateste, de forma expressa e em cada processo, que o assunto nele debatido é o tratado na presente manifestação jurídica referencial, é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à e-CJU/Aquisições, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

266. Reiteramos que a utilização deste parecer referencial será possível sempre que a contratação se enquadrar em suas orientações. Novas hipóteses concretas, que apresentem questões não abrangidas por este parecer, deverão ser objeto de consulta específica.

267. Outrossim, reforçamos a inaplicabilidade desta manifestação nas aquisições de: **medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos, as quais deverão ser previamente submetidas à apreciação da e-CJU/Aquisições.**

268. Em atenção ao art. 9º, inciso III, alínea "a", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, confere-se o prazo de 12 (doze) meses a presente Manifestação Jurídica Referencial - MJ, a contar de sua aprovação.

CMDO 4º BIS RON ACRE
FL: 209
SALC

269. Uma vez aprovada a presente manifestação, recomenda-se, nos termos do art. 9º, inciso III, alíneas "b" e "c", da aludida Portaria Normativa, o seu encaminhamento à Consultoria- Geral da União, bem como ao Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União.

270. À consideração superior do Ilmo Coordenador da e-CJU/Aquisições, Dr. Fernando Ferreira Baltar Neto, para análise, sugestão de aprimoramento ou eventual aprovação desta manifestação.

João Pessoa, 30 de junho de 2023.

(Assinado eletronicamente)
CATARINA SAMPAIO LOPES
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688000917202084 e da chave de acesso d24417a5

Documento assinado eletronicamente por CATARINA SAMPAIO LOPES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1214081897 e chave de acesso d24417a5 no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CATARINA SAMPAIO LOPES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-06-2023 15:06. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/03/2024 | Edição: 51 | Seção: 3 | Página: 10

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/17ª Brigada de Infantaria de Selva/Comando de Fronteira do Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 205
SALC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - UASG 160002

Nº Processo: 65323001620202444. Objeto: Aquisição de material permanente para o setor de aprovisionamento. Total de Itens Licitados: 25. Edital: 14/03/2024 das 10h00 às 14h00. Endereço: Rua Colombia S/n - Bairro Bosque, Bosque - Rio Branco/AC ou https://www.gov.br/compras/edital/160002-5-90005-2024. Entrega das Propostas: a partir de 14/03/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 26/03/2024 às 11h00 no site www.gov.br/compras.

JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 13/03/2024) 160002-00001-2024NE000001

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Alfa Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda., CNPJ: 49.233.193/0001-10
Rua C42, nº 258, Qd.84, Lt.12, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP: 74.305-234,
Celular/WhatsApp: (62) 98182-1062, E-mail: alfa.licita@hotmail.com

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 206

Ao Órgão 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC. Pregão Eletrônico Nº 900052024. Apresentamos a nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd	R$ Unitário	Valor Total
8	MODELADORA MASSA PANIFICAÇÃO - MODELADORA MASSA PANIFICAÇÃO - MODELADORA MASSA PANIFICAÇÃO TIPO: TRIFÁSICA , DIMENSÕES: 380 X 670 X 400 MM, POTÊNCIA MOTOR: 1/2 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, CONSUMO: 0,18 KW/H, PESO: 51 KG, CAPACIDADE PRODUÇÃO: 750 A 1.000 PÃES DE 50 G **MARCA:** COPAMETAL **MODELO/VERSÃO:** MS300	UNIDADE	2,00	5.198,98	10.397,96
10	MESA COPA,COZINHA - MESA COPA,COZINHA - MESA COPA/COZINHA MATERIAL MESA: AÇO INOX , COMPRIMENTO MESA: 2,90 M, LARGURA MESA: 90 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPO E PRATELEIRA GRADEADO SEM RODÍZIO , ALTURA MESA: 90 **MARCA:** IMECA **MODELO/VERSÃO:** 1,90 M	UNIDADE	8,00	1.618,79	12.950,32
				Valor total da proposta:	23.348,28

O valor total dessa proposta é de R$23.348,28 (vinte e três mil e trezentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Dados Comerciais:

Informações Bancarias:
Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Conta: 726-6
Agência: 4519

Condições Comerciais:
Validade da proposta: 180 Dias.
Prazo de entrega: Conforme estabelecido no Edital e seus anexos.
Prazo de garantia: 12 Meses.

Observações:

Declaramos, sob as penas da lei e do Edital da licitação, que:

a) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica a plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

b) Todos os componentes de despesas de qualquer natureza, custos diretos e indiretos, inclusive relacionados com salários, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais, judiciais, fretes, transportes, garantias, seguros e demais despesas decorrentes de exigência legal, bem assim materiais consumíveis aplicados na realização dos serviços, depreciação de equipamentos e bens, ou das Condições de gestão do contrato, estão incluídos no preço global final ofertado neste certame e serão de Inteira responsabilidade desta proponente;

Goiânia, 27 de Março de 2024

Representante Legal

[redacted]

Shamon Henrique Feitosa de Souza

RG [redacted] SPTC-GO **CPF:** [redacted]

Gerado por: effecti.com.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 207
SALC

COPAMETAL

Máquinas para Gastronomia



SEFRON ACRE - 4º BIS

PANIFICAÇÃO



▸CILINDRO COMERCIAL

▸CILINDRO 200

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS	CMP-300	CMI-300	CMP-200
Descrição	Cilindro Comercial Micro 300 Pintado	Cilindro Comercial Micro 300 Inox	Cilindro Micro 200 Pintado
Tensão (V)	127 ou 220	127 ou 220	127 ou 220
Motor (cv)	1/2 - Monofásico	1/2 - Monofásico	1/4 - Monofásico
Rotação Motor (rpm)	1750	1750	1750
Potência (W)	367,8	367,8	183,8
Consumo Elétrico (kW/h)	0,37	0,37	0,18
Dimensões (L x A x P) (mm)	570 x 450 x 500	570 x 450 x 500	420 x 350 x 360
Peso (Kg)	33	33	25
Capacidade Produção (kg)	1	1	0,300
Rotação Rolo (rpm)	118	118	118
Material Estrutura	Aço Carbono	Aço Inox	Aço Carbono
Material Rolo	Aço Inox	Aço Inox	Aço Inox
Pintura	Eletrostática	-	Eletrostática
Dim. c/ Emb. (L x A x P) (mm)	500 x 500 x 580	500 x 500 x 580	400 x 470 x 580
Peso c/ Embalagem (Kg)	40	40	29



▸MODELADORA SUPER

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS	MS-300	MS-400
Descrição	Modeladora Super 300	Modeladora Super 400
Tensão (V)	127 ou 220	127 ou 220
Motor (cv)	1/2 - Monofásica	1/2 - Monofásica
Rotação Motor (rpm)	1750	1750
Potência (W)	367,7	367,7
Consumo Elétrico (kW/h)	0,37	0,37
Dimensões (L x A x P) (mm)	670 x 560 x 740	770 x 660 x 740
Peso (Kg)	67	85
Capacidade Produção	Pães até 500g	Pães até 700g
Material Estrutura	Aço Carbono	Aço Carbono
Material Rolo	Aço Inox	Aço Inox
Material Esteira	Feltro	Feltro
Pintura	Eletrostática	Eletrostática
Dim. c/ Emb. (L x A x P) (mm)	720 x 600 x 780	830 x 600 x 860
Peso c/ Embalagem (Kg)	78	88

Imagens Meramente Ilustrativas | Sujeito a alteração sem aviso prévio

MAIORES INFORMAÇÕES ACESSE www.copametal.ind.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 209
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**49.233.193/0001-10**
Razão Social:	**ALFA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia:	**ALFA COMERCIO**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **24/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**22/04/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**09/04/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**11/05/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**08/05/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2024**

Alfa Comércio

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 210
SALC

DECLARAÇÕES

A empresa **Alfa Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.,** inscrita no **CNPJ nº 49.233.193/0001-10,** estabelecida na Rua C42, nº 258, Qd.84, Lt.12, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP: 74.305-230; E-mail: alfa.licita@hotmail.com, Celular/WhatsApp: (62) 98182-1062, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Shamon Henrique Feitosa de Souza,** portador da **Carteira de Identidade:** [redacted] **SPTC-GO** e do **CPF:** [redacted] declara que cumpre as seguintes solicitações:

DECLARAÇÃO DE FIEIS E VERDADEIRO: Declara que para os devidos fins deste Pregão Eletrônico, sob as penas da Lei, que os documentos apresentados no presente procedimento licitatório, são Fiéis e Verdadeiros.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO: Declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E CUMPRIMENTO DO EDITAL E ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: Declara, sob as penalidades cabíveis, possuir todas as condições operacionais necessárias ao cumprimento do objeto deste edital, concordando totalmente com as condições estabelecidas no mesmo, atendendo os requisitos de habilitação para o presente processo licitatório, o que poderá ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste certame.

DECLARAÇÃO SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO A HABILITAÇÃO: Declara, sob as penalidades cabíveis, que até o presente momento não existem fatos que impeçam sua habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE: Declara, sob as penas da Lei, para os devidos fins que a empresa está enquadrada na modalidade "ME – microempresa" e "EPP - empresa de pequeno porte", conforme define o Art. 3º da Lei Complementar Nr 123/2006, e que não há nenhum dos impedimentos previstos dos § 3º e § 9º do artigo 3º da LC 123/2006.

DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88: Declara, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE: Declara, para fins do disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal, de 05 de

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 211
SALC

outubro de 1988, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

DECLARAÇÃO COTA APRENDIZAGEM – Art. 429 CLT: Declara, sob as penas da Lei, que a empresa possui menos de 7 funcionários contratados, e que por este motivo, está dispensada de cumprir a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO: Declara sob as penas da lei, para efeito de comprovação em licitação, que não tem parentesco e não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha direta ou colateral até o terceiro grau, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento no âmbito deste excelentíssimo órgão.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR DO ÓRGÃO NO QUADRO SOCIETÁRIO: Declara, não possuir em seu quadro societário e de funcionários, servidores ou administradores que mantenham vinculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão n.º 409/2015 – TCU – Plenário.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: Declara que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), nos casos em que a referida instrução se aplicar ao objeto.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE: Declara que esta empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE: Declara, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA: Declara sob as penas da lei, em especial o art. 2º do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, para o referido certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 212
SALC

participante potencial ou de fato para a licitação em pauta, quanto a participar ou não da referida licitação;

4. que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato para o referido certame licitatório, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

5. que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante deste órgão, antes da abertura oficial das propostas; e

6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE REGISTRO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E DEMAIS ÓRGÃOS SANITÁRIOS: Declara para os devidos fins, sob compromisso e sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que não possui Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde e demais órgãos sanitários pois, não fabrica, não distribui, não comercializa e nem importa produtos que exijam tal documento.

DECLARAÇÃO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE: Declara, sob as penas da lei, que não possui registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL (Conselho, Associação, Federação, etc), pois a atividade comercial da empresa não exige este tipo de documentação.

FIRMAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA ORIUNDOS: Declara que concorda em FIRMAR A ARP E CONTRATOS dela oriundos para o objeto da licitação pelo(s) preços ofertados mantendo todas as condições.

DECLARAÇÃO AUTORIZANDO INVESTIGAÇÕES COMPLEMENTARES: Autoriza, por este instrumento, o órgão contratante a realizar todas as investigações complementares que julgar necessárias a habilitação no processo licitatório deste Pregão.

DECLARAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO: Declara que O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s).

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DOAÇÃO ELEITORAL: Declara, sob as penas da lei, para os devidos fins, que esta empresa, não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo.

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE ATENDER AOS QUANTITATIVOS DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Conhecemos a existência destes entes como participantes do pregão, bem como seus quantitativos que serão registrados na Ata gerenciada pelo órgão gerenciador.

DECLARAÇÃO SOBRE FALÊNCIA: Declara que não se encontra sob falência, recuperação

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 213
SALC

judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações.

DADOS DA EMPRESA E DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DOS DOCUMENTOS, ATAS E EMPENHOS:

RAZÃO SOCIAL: Alfa Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda., CNPJ: 49.233.193/0001-10,
ENDEREÇO: Rua C42, nº 258, Qd.84, Lt.12, Setor Sudoeste, Goiânia-GO, CEP: 74.305-230,
E-mail: alfa.licita@hotmail.com, Celular/WhatsApp: (62) 98182-1062
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA E ASSINATURAS:
Shamon Henrique Feitosa de Souza,
Carteira de Identidade: [redacted]PTC-GO, **CPF:** [redacted]
DADOS BANCÁRIOS:
Caixa Econômica Federal, Conta: 726-6, Agência: 4519

Goiânia, 26 de fevereiroro de 2024

[redacted]

Shamon Henrique Feitosa de Souza
Cpf: [redacted]
Identidade: [redacted]
Sócio-Diretor

49.233.193/0001-10
Alfa Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda.
Rua C42, nº 258, Qd.84, Lt.12, Setor Sudoeste, Goiânia - GO, CEP: 74.305-230

SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 46.344.050/0001-97

R PEDRO MEES TRIBESS 330 – LOTE D– Blumenau – SC
IE: 261.690.752 - IM: 156.479

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 214
SALC

A/C
Comando de Fronteira do Acre 4ºBIS - RIO BRANCO - ACRE
Dispensa Eletrônica: 90005/2024
UASG: 160002

Razão Social: SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA.	CNPJ: 46.344.050/0001-97
Endereço: Rua Pedro Mess Nº330 Lote D 89.055-440	Cidade | Estado: Blumenau - SC
E-mail: sulagua@sulaguaequipamentos.com.br	Telefone: (47) 3057-3941
Inscrição Estadual: 261690752	Inscrição Municipal: 156.479
Banco | Agência:	Conta:
756 3069	441.097-1 SICOOB
Responsável: Cleito Pitz dos Santos	Função | Cargo: Gerente
CPF: [redacted]	RG: SSP - SC - [redacted]

INFORMAÇÕES PARA CONTATO E ENVIOS:	
ATAS E CONTRATOS:	atas@sulaguaequipamentos.com.br
EMPENHOS:	empenhos@sulaguaequipamentos.com.br
PROPOSTAS:	propostas@sulaguaequipamentos.com.br

Em atendimento ao orçamento supramencionado, apresentamos nossa proposta de preços:

Item	Qtde	UN	Material	Marca/Modelo	Preço Unit.	Preço Total
9	2	UND	MÁQUINA DE FABRICAR GELO: CARACTERÍSTICAS: DEPÓSITOS PRODUÇÃO: MÍNIMO 80 QUILOGRAMAS/DIA; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: ATÉ 50 KG; CARACTERÍSTICAS DO DEPÓSITO DE GABINETE: AÇO INOX; DIMENSÕES A X L X P (CM): 111 X 89 X 54, PESO 77 KG.	K2 / CAM80	R$ 9.889,00	R$ 19.778,00
18	2	UND	CARRINHO DE TRANSPORTE PESADO COM CAPACIDADE PARA 500KG. CHAPA EM AÇO.	LYNUS / MP-600A / 00001687.5	R$ 1.921,82	R$ 3.843,64
					Total	**R$ 23.621,64**

Valor Total: Vinte e três mil e seiscentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos.

Validade da Proposta de Preços: 60 (Sessenta) Dias.
Pagamento: 30 (Trinta) Dias.
Prazo de Entrega: 30 (Trinta) Dias
Locais de Entrega:
Garantia: 12 (Doze) Meses.
Frete: Incluso no valor da proposta.
Impostos: Todos inclusos.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 215
SALC

2. A SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA. alerta que o serviço de entrega do produto não engloba o transporte de produtos por escadas ou guindastes, em locais que dificultem a entrega ou que possam acarretar danos à mercadoria, salvo instrução acerca destes casos constante no edital.
3. Informamos aos Clientes para se atentarem as dimensões dos produtos. É responsabilidade do Cliente caso o produto tenha dimensões superiores ao local de acesso da entrega, dificultando ou impossibilitando que a mesma seja concluída.
4. Não realizamos entregas em endereço diferente do daquele inerente ao CNPJ de faturamento, conforme legislação vigente. Caso houver diferença entre o endereço de entrega e o do o CNPJ de faturamento, solicitaremos tempestivamente os dados necessários para emissão da NFe de transporte.

Blumenau, 26 de Março de 2024.



Representante Responsável
Cleito Pitz dos Santos
076.992.229-54

UNIÃO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 216
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**46.344.050/0001-97**
Razão Social:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **23/10/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**21/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**17/04/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**23/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**23/04/2024**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 217
SALC

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**46.344.050/0001-97**
Razão Social:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA**
Nome Fantasia:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 14.133/2021, art. 156, inc. I**
UASG Sancionadora:	**343006 - IPHAN- 6A. COORDENACAO REGIONAL/RJ**
Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**29/02/2024**
Data Aplicação:	**29/02/2024**
Número do Processo:	**01500000244202408**
Descrição/Justificativa:	**Advertência por descumprimento do prazo de entrega do objeto da contratação.**

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 218
SALC

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado do Maranhão
Serviço de Administração e Logística

1 - CONTRATANTE	
Razão Social:	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ:	00.489.828/0106-22

2 - CONTRATADA	
Razão Social da empresa:	SUL ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ:	46.344.050/0001-97

3 – DADOS DO CONTRATO	
Dispensa de Licitação:	20/2023
Nº do Empenho	**2023NE000223**
Processo SEI nº	11523.100285/2023-08
Vigência:	30(Trinta) dias
Objeto do contrato:	AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO,ÁGUA,TIPO VERTICAL, ELÉTRICO, PINTURA EM EPOXI, ALTURA 98 CM, SAÍDAS PARA ÁGUA GELADA E NATURAL, 220V, CAPACIDADE TOTAL,MATERIAL GABINETE: PLÁSTICO,MATERIAL RESERVATÓRIO ÁGUA : AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA EXTERNA.
Valor total	R$ 2.144,04 (Dois Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais e Quatro Centavos)

4 – DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Local de entrega: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO MARANHÃO/ Rua Osvaldo Cruz nº 1618, Ed. Sede dos Órgãos Fazendários, São Luís - MA

Quantidade entregue: 03(Três) BEBEDOUROS

Prazos contratuais para entrega: 30(Trinta) dias

Atesto(amos) que a Empresa cumpriu com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 219
SALC

Documento assinado eletronicamente

JOSÉ DO PATROCÍNIO FREITAS FILHO

Chefe do Serviço de Administração e Logística

Superintendência Regional de Administração no Maranhão-SRA-MA-MGI

Rua Osvaldo Cruz, 1618 - 6º andar - Setor "D", Edifício-Sede do Ministério da Fazenda - Bairro-Centro
CEP 65020-902 - São Luís/MA

Documento assinado eletronicamente por **Jose do Patrocinio Freitas Filho, Especialista de Nível Superior**, em 27/03/2024, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41027117** e o código CRC **3BE8B30D**.

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 11523.100285/2023-08. SEI nº 41027117

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 220
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMO – 4ª BDA C MEC
20º REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO
(1º/4º R Rec Mec - 1949 e 1º/4º R C Moto - 1949)
REGIMENTO CIDADE DE CAMPO GRANDE
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3850 – SOBRINHO – CAMPO GRANDE (MS) – CEP 79112-010
FONE (67) 3368 4750 – FAX (67) 3368 4729 - E-mail: 20rcb@6cta.eb.mil.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que a **Empresa SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA,** estabelecida em Blumenau – SC, na Rua Pedro Mees Tribess, nº 330, Loted, inscrita no CNPJ sob nº 46.344.050/0001-97, forneceu ao **20º Regimento de Cavalaria Blindado**, CNPJ: 09.549.396/0001-03, estabelecida à Avenida Presidente Vargas nº 3850, Bairro Sobrinho - Campo Grande - MS, CEP 79.112-010, através da Nota de Empenho 2023NE1002, referente a Dispensa de Licitação nº 86/2023 da UASG 160512, outros serviços de terceiros:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	BEBEDOURO ÁGUA, TIPO PRESSÃO, ALTURA APROXIMADAMENTE 96 CM, LARGURAAPROXIMADAMENTE 33 CM, PROFUNDIDADE APROXIMADAMENTE 29 CM, CARACTERÍSTICASADICIONAIS 02 SAÍDAS UMA DE JATO E OUTRA PARA COPO, TERMOSTA-, VOLTAGEM 220 V,MATERIAL GABINETE AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL PIA AÇO INOXIDÁVEL, MATERIALRESERVATÓRIO ÁGUA AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA EXTERNA	2	761,91	1.523,82

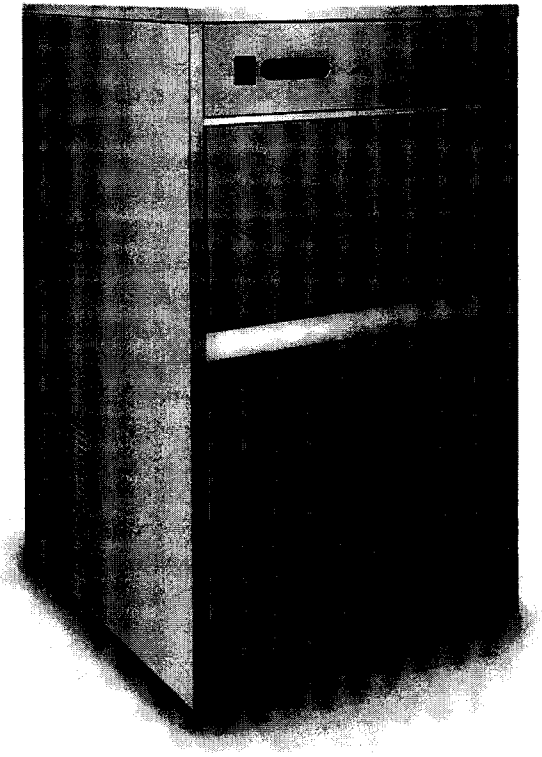
Informamos ainda que a empresa cumpriu todos os prazos estipulados pela emissão do empenho, e se enquadrou aos padrões exigidos, não constando qualquer fato que possa desabonar até a presente data.

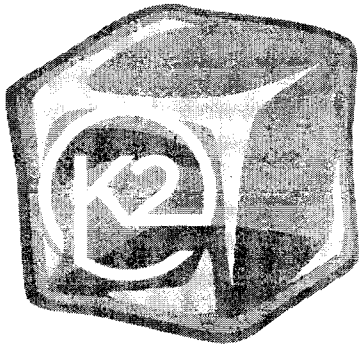
Campo Grande-MS, 23 de fevereiro de 2024

GU[redacted] 2º Ten

Máquina de Gelo em Cubos - 80 kg / 25 kg (CAM 80)

Características	
Modelo	CAM 80
Produção (Kg/dia)	80
Capacidade do Recipiente de Gelo (kg)	25
Potência (W)	450
Gás Refrigerante	R290, 134a
Medidas do Produto (mm)	500x612x893
Medidas da Embalagem (mm)	560x670x920
Peso Líquido (kg)	48



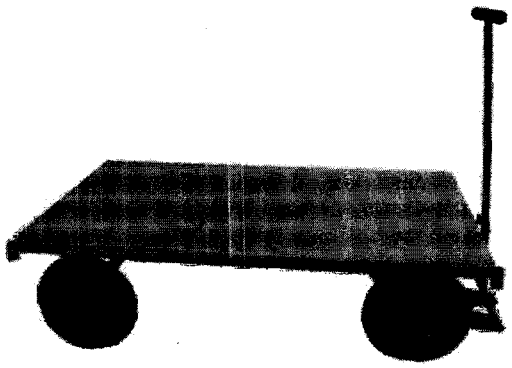


CMDO FRON ACRE - 4º BIS
SALC
FL: 221

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 222
SALC

MP-600A

EQUIPAMENTO PRÁTICO E RESISTENTE PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.





Características | Detalhes | Manual | Ficha Técnica

Informações do produto	
Aro	Aço c/ rolete
Capacidade de carga	600 Kg
Código	1687.5
Comprimento	1500mm
Largura	750mm
Peso (kg)	60
Plataforma	Chapa de aço
Pneus	325x8

DESCRIÇÃO

Resistente e prático para auxilio de transporte ou movimentação de cargas, o Carrinho Plataforma Lynus, é o primeiro totalmente desmontável facilitando o transporte e com montagem super fácil.
Possui estrutura reforçada que oferece robustez e alta durabilidade, equipado com rodas com rolamento e cabo com punho de borracha que proporciona ao usuário maior conforto.
Atenção: Carrinho equipado com cavidades nas extremidades para o encaixe de proteção, vendidas separadamente. Plataforma em chapa de aço

Dados Técnicos
Código do produto: 1687.5
Capacidade de carga: 600kg
Tipo de plataforma: Chapa de aço
Largura: 750mm
Comprimento: 1500mm
Aro: Com rolete - chapa de aço SMG-16 1,2mm
Pneus: 325 x 8
Peso: 60kgf

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 223
SALC

BT COMÉRCIO
INTELIGENTE

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

Para: COMANDO DE FRONTEIRA - ACRE E 4 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA
Data: 27/03/2024

BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA sediada à Avenida Setecentos, n° s/n, Sala 04 Galpão 17 - Módulos 13 e 14, Terminal Intermodal da Serra, Serra/ES, CEP 29161-414, inscrita no CNPJ sob o nº 45.329.312/0001-81 vêm, por intermédio de seu representante legal e administrador, Sr(a) LUCAS GRIEBELER SANDI.

Responsável pela assinatura do contrato titular da empresa, Sr. LUCAS GRIEBELER SANDI, solteiro, CPF nº [redacted]

Dados bancários: Banco Santander (33) - Agência: 0160-0 - C/C: 13006342-8 - Chave Pix: financeiro@btcomint.com.br e/ou Banco Inter (77) - Agência: 0001-9 - C/C: 19090625-1 e/ou Banco Bradesco S.A (237) - Agência: 2998-0 - C/C: 99381-6 e/ou Banco do Brasil S.A (1) - Agência: 3078-3 - C/C: 36418-5.

E-mail(s): licitacao.btcomercio@gmail.com,compras@btcomint.com.br

Telefone de Contato: Telefone de Contato: Licitação: (49) 99132-9784 - Vendas, pedidos e entregas: (49) 99124-5799. -- E-mail: licitacao.btcomercio@gmail.com

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	FABRICANTE/MARCA/LINHA/MODELO	PREÇO EM REAIS	
					UNITÁRIO	TOTAL
16	FOGÃO INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO 6 BOCAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 6 QUEIMADORES DUPLOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 43CM X 43CM EM FERRO FUNDIDO (DIAM. MÍNIMO 175 MM). CONSUMO DE GÁS POR QUEIMADOR: 0,510 KG/H COMPRIMENTO DO FOGÃO: MÍNIMO DE 140 CM DE COMPRIMENTO, MÍNIMO 116 CM DE LARGURA OU PROFUNDIDADE E MÍNIMO 80 CM DE ALTURA.	Und	6	MR FOGÕES / MR FOGÕES / STANDARD INOX / 600115-6BD	R$ 2.180,55 (dois mil, cento e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos)	R$ 13.083,30 (treze mil, oitenta e três reais e trinta centavos)
VALOR TOTAL						R$ 13.083,30 (treze mil, oitenta e três reais e trinta centavos)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL: 30 (trinta) dias, contados da data de sua solicitação.

[redacted]
Lucas Griebeler Sandi
Sócio Administrador

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 224
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**45.329.312/0001-81**
Razão Social:	**BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA**
Nome Fantasia:	**BT COMERCIO INTELIGENTE**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/07/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**17/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**22/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**21/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**28/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

BT COMÉRCIO
INTELIGENTE

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 225
SALG

PRAZO DE PAGAMENTO: 10 (dez) dias, contados do recebimento do produto e da Nota Fiscal/Fatura.

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO: conforme exigência do edital e/ou conforme prazo da fabricante, caso maior.

Observação:

Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Declara para fins de participação que:

- As mercadorias ofertadas atendem todas as especificações exigidas no Edital.
- Os preços indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.
- Cumpre as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002;
- Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21/06/1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27/10/1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Encontrando-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- Não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;
- Não possuir parentesco até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, com qualquer servidor ou ocupante de função de confiança no MUNICÍPIO, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade;
- Não haver em seu quadro societário nenhum sócio majoritário que esteja impedido de contratar com o poder público por aplicação do art. 12, incisos I, II e III, cumulado com os arts. 9 a 11, da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, me comprometo a comunicar o Poder Público caso haja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato;
- Não tem conhecimento, no momento, da participação de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, consoante inciso III do art. 9º da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, que está ciente da obrigatoriedade de denunciar

[redacted]

Lucas Griebeler Sandi
Sócio Administrador

BT COMÉRCIO
INTELIGENTE

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 226
SALC

qualquer irregularidade que porventura venha a acontecer;

- Nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, não possui como sócio ou procurador, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com Órgãos de Natureza Público, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de compras, jurídico, contábil, financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.
- Examinou o presente Edital e seus anexos, e que concorda com seu conteúdo e submete-se a todas as exigências estabelecidas no mesmo, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa; a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la; que declara garantir que os preços cotados na proposta ou no lance que venha formular são valores aptos, satisfatórios e suficientes para atendimento da execução do objeto licitado.
- A empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório deste pregão, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame;
- Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Declara para os devidos fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas: a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de

[redacted]

Lucas Griebeler Sandi
Sócio Administrador

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 227
SALC

BT COMÉRCIO
INTELIGENTE

licitação ou na execução de contrato; b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato; c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos; d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção. II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo. III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato;

- Os documentos apresentados são fiéis e verdadeiros;
- Os documentos apresentados de origem não eletrônica conferem com os seus respectivos originais, nos termos do que dispõe o art. 3º, inciso 2º da Lei Federal nº 13.726/2018;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo) do edital desse processo.
- Não possui como sócio, gerente e diretores, servidores deste órgão licitante, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- O prazo para entrega dos itens será de acordo com os termos estabelecidos no anexo, deste edital a contar do envio da ordem de compra ou documento similar preferencialmente no e-mail previsto nessa proposta e todos os equipamentos serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a especificação do termo de referência do referido edital, ou seja,

[redacted]

Lucas Griebeler Sandi
Sócio Administrador

BT COMÉRCIO
INTELIGENTE

CMJC FRON ACRE 4º BIS
FL: 028
SALC

de má qualidade.

- Se enquadra na condição de Microempresa/Empresa de pequeno porte nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a participar do certame acima referenciado e exercer os direitos previstos na legislação, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

[redacted]
Lucas Griebeler Sandi
Sócio Administrador

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 229
SALC

CATÁLOGO(S) ITEM 16
MARCA MR FOGÕES

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 230
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**45.329.312/0001-81**
Razão Social:	**BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA**
Nome Fantasia:	**BT COMERCIO INTELIGENTE**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90003 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - PA**		
Data Aplicação:	**29/09/2023**	Valor da Multa:	**R$ 364,32**
Número do Processo:	**19855920234018010**	Número do Contrato:	**2023NE000313**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega de 05 (cinco) bebedouros verticais (tipo coluna) para suprir necessidade da Seção Judiciária do Pará.**		

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 231
SALC

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA-RS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 37/2023

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.329.312/0001-81, estabelecida na Rua 700, s/n, bairro Terminal Intermodal da Serra, na cidade de Serra, Estado de ES, prestou serviços ao MUNICÍPIO DE FARROUPILHA, CNPJ nº 89.848.949/0001-50, estabelecido na Praça Emancipação, s/n, Bairro Centro, na cidade de Farroupilha/RS, e detém qualificação técnica para fornecimento de eletrodomésticos.

Registramos que a empresa BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA entregou produtos descritos a seguir conforme Pregão Eletrônico nº 15/2023:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Ordem de compra / Nota de empenho	Nota fiscal
7	25305 - FOGAO INDUSTRIAL COM 06 BOCAS, A GAS, COM FORNO, COM ESPALHADORES E BASES DOS QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, MESA DE AÇO CARBONO, PERFIL U DE 50MM, PINTADA NA COR PRETO FOSCO, TREMPE DE FERRO FUNDIDO 300MMX300MM, PINTADOS NA COR PRETA, REGISTRO DE GÁS COM MANÍPULOS EXPOSTOS DE FÁCIL MANUSEIO, VOLUME DO FORNO 87LTS, PÉS FIXOS, MESA, BANDEJA E CORPO DO PRODUTO EM PINTURA EPOXI E BAIXA PRESSÃO. MARCA: METALFOUR 5017/5102-6BSF	01	Unidade	2385/2023 4770/2023	7
7	25305 - FOGAO INDUSTRIAL COM 06 BOCAS, A GAS, COM FORNO, COM ESPALHADORES E BASES DOS QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, MESA DE AÇO CARBONO, PERFIL U DE 50MM, PINTADA NA COR PRETO FOSCO, TREMPE DE FERRO FUNDIDO 300MMX300MM, PINTADOS NA COR PRETA, REGISTRO DE GÁS COM MANÍPULOS EXPOSTOS DE FÁCIL MANUSEIO, VOLUME DO FORNO 87LTS, PÉS FIXOS, MESA, BANDEJA E CORPO DO PRODUTO EM PINTURA EPOXI E BAIXA PRESSÃO. MARCA: METALFOUR 5017/5102-6BSF	01	Unidade	2387/2023 4772/2023	6

Informamos ainda que a entrega dos materiais acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

CMDO FRON SUL - 4º BIS
FL: 232
SALC

Maiores informações através dos telefones (54) 2131.5302 ou (54) 98404.5523.

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Zanfeliz, Secretária Municipal**, em 28/06/2023, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e Decreto Municipal nº 7.172, de 11 de maio de 2022.
Nº de Série do Certificado:

A autenticidade deste documento pode ser conferida na Página de Autenticidade de Documentos, informando o código verificador **0175534** e o código CRC **0A5F5E26**.

Referência: Processo nº 0.012742/2023-82 SEI nº 0175534

FRON ACRE - 4º D.C. FL: 235 SALC

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
Departamento Municipal de Educação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **Município de Felixlândia/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ nº 17.695.032/0001-51**, com sede Rua Menino Deus, 86, Centro, Felixlândia/MG - CEP 39.237.000, através do Departamento Municipal de Educação, representado pela Sra. **Vandenice de Carvalho Barbosa**, inscrita no **CPF sob o nº** [redacted], atesta para os devidos fins que a empresa **BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA**, com sede na Avenida Setecentos, nº s/n – Bairro Terminal Intermodal da Serra, na cidade de Serra, CEP 29161414 – ES inscrita no CNPJ/MF N. 45329312000181, neste ato representada pelo senhor(a) LUCAS GRIEBELER SANDI, portador do CPF N. [redacted] forneceu a este Município, o item LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, nos moldes do Processo Licitatório nº 51/2023, na modalidade Pregão Eletrônico 03/2023, vejamos;

QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES	NF
02	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL - ESPECIFICAÇÃO DO ITEM: LIQUIDIFICADOR - TIPO: INDUSTRIAL NUMERO DE VELOCIDADE: 01 VELOCIDADE COPO: AÇO INOX, 08 LITROS OPCIONAIS: COM TRITURADOR TENSÃO: 110/220.	000074

Atesta ainda que a referida empresa cumpriu com todas as obrigações e exigências contratuais, não havendo nada que a desabone até a presente data.

Felixlândia/MG, 28 de setembro de 2023

VANDENICE DE CARVALHO BARBOSA:40927920506

Assinado de forma digital por VANDENICE DE CARVALHO BARBOSA:40927920506
Dados: 2023.09.28 15:29:38 -03'00'

Vandenice de Carvalho Barbosa
Departamento Municipal de Educação

DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI
Rua: Rua DARCI BITENCOURT 113- São Paulo - SP -VILA PALMEIRAS- CEP 02726-030
Telefone: (11) 2365-2494 (11)4172-1338
CNPJ: 30.019.904/0001-20 I.E 119.212.714.115
Email: dtoffice@uol.com.br

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 234

Ao Órgão 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC. Pregão Eletrônico N° 900052024. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd	R$ Unitário	Valor Total
12	CAFETEIRA ELÉTRICA - CAFETEIRA ELÉTRICA - CAFETEIRA ELÉTRICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , APLICAÇÃO: INDUSTRIAL , CAPACIDADE: 20 L, VOLTAGEM: 220 **MARCA:** MARCHESONI **MODELO/VERSÃO:** CF.4.122	UNIDADE	2,00	1.948,54	3.897,08
				Valor total da proposta:	3.897,08

O valor total dessa proposta é de R$3.897,08 (três mil e oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos).

Dados Comerciais:

VALIDADE DA PROPOSTA: 90(Noventa) dias.
PRAZO DE ENTREGA: 30(Trinta) dias.
GARANTIA : 12 meses.

DADOS BANCÁRIOS
Banco: 241 - Banco Itáu
Conta: 6502
Agencia:18666-8

Ao apresentar a proposta de preços, assumo de forma total e irretratável o seguinte:
a) Declaro ter pleno conhecimento dos termos do Edital e ter recebido todos os esclarecimentos necessários:
b) Declaro que a empresa dispõe de equipamentos capazes de atender, no mínimo, às especificações exigidas;
c) Declaro que os serviços propostos não são terceirizados;
d) Declaro ter conhecimento de que não se admitirá a cobrança de qualquer outro valor adicional para a entrega do material, salvo se previamente autorizado pela contratante seguindo os termos legais cabíveis;
e) Declaro que os preços são fixos e irreajustáveis durante a vigência dos serviços;

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, entregas nos municípios consorciados, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos fornecidos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

Observações:

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, embalagens e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas que direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como: gastos da empresa com suporte técnica e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos

Quadro societário Roberto Santos Oliveira 100%
RG: [redacted]
CPF : [redacted]

São Paulo, 27 de Março de 2024

Gerado por: effecti.com.br

DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI
Rua: Rua DARCI BITENCOURT 113- São Paulo - SP -VILA PALMEIRAS- CEP 02726-030
Telefone: (11) 2365-2494 (11)4172-1338
CNPJ: 30.019.904/0001-20 I.E 119.212.714.115
Email: dtoffice@uol.com.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 235
SALC

[redacted]

Roberto Santos Oliveira

RG: [redacted] **CPF:** [redacted]

Gerado por: effecti.com.br

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 236
SALC

DADOS DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente e está em conformidade com a Resolução CG ICP-Brasil nº 182, de 18 de fevereiro de 2021.
Para verificar a assinatura, visite o site https://verificador.iti.gov.br e selecione este arquivo.

O(s) certificado(s) utilizado(s) para assinatura em 27/03/2024 15:55:08 é(são):

Nome: **DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA**
CNPJ: 30.019.904/0001-20
Data: 27/03/2024 15:55:08

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS FL: 237 SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.019.904/0001-20**	DUNS®:	**948286777**
Razão Social:	**DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**DT OFFICE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/02/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**01/07/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**08/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**03/07/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**05/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**26/05/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2025**

UMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 238
SALC

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**30.019.904/0001-20**	DUNS®:	**948286777**
Razão Social:	**DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**DT OFFICE**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Impedimento de Licitar no Âmbito:

- **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA / 153065-UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA -**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

UNIÃO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 239
SALC

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **30.019.904/0001-20** DUNS®: **948286777**
Razão Social: **DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA**
Nome Fantasia: **DT OFFICE**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **200023 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - DF**
Data Aplicação: **07/02/2022**
Número do Processo: **116002847/2021-46** Número do Contrato: **PE 10/2020**
Descrição/Justificativa: **Advertência, conforme Ofício nª 854/2022 da Secretaria Estadual de 07/02/2022, em função de atraso na entrega de produto e ausência de resposta à contratante, com fundamento no item 16.1.1 da Cláusula 16 - Sanções Administrativas do Anexo "A", Termo de Referência do Edital dePregão Eletrônico nª 10/2020 c/c Art. 6ª da IN 02/2020 - MPF.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **984165 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**
Data Aplicação: **11/07/2022**
Número do Processo: **PAR 048/2022** Número do Contrato: **043/2022**
Descrição/Justificativa: **Advertência pelo atraso na entrega do item.**

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I**
Data Aplicação: **20/11/2023** Valor da Multa: **R$ 4.580,00**
Número do Processo: **23074027480202354** Número do Contrato: **PR nª 07/2021**
Descrição/Justificativa: **Por não efetuar, sem justa causa, a entrega de 1 (UMA) nota de empenho originada do Pregão Eletrônico nª 07/2021, descumpriu as obrigações previstas no respectivo edital.**

Relatório de Ocorrências Ativas



Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**925603 - PROCURADORA-GERAL DE JUSIÇA AD.EST. DO RN**		
Data Aplicação:	**13/12/2021**	Valor da Multa:	**R$ 1.224,46**
Número do Processo:	**47000103/2021-62**	Número do Contrato:	**NE 415/2021**
Descrição/Justificativa:	**7.1 Anexo I Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.06/2021-PGJ (atraso na entrega do objeto)**		

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**925968 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. ESPIRITO SANTO**		
Data Aplicação:	**20/07/2022**	Valor da Multa:	**R$ 3.700,20**
Número do Processo:	**7002877-23.2022**	Número do Contrato:	**ARP019/2021**
Descrição/Justificativa:	**mora de 47 (quarenta e sete) dias na entrega de 48 BEBEDOUROS GALÕES de 10 e 20 litros 110V, 02 (dois) BEBEDOUROS GALÕES de 10 e 20 litros 220V, 02 (duas) CAFETEIRAS ELÉTRICAS 4-6L 110V e 01 (uma) CAFETEIRA ELÉTRICA 10L 110V - constantes na OS N 001/2022 (1156221).**		

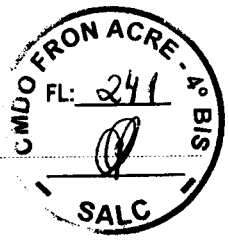
Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**925968 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. ESPIRITO SANTO**		
Data Aplicação:	**16/01/2024**	Valor da Multa:	**R$ 416,52**
Número do Processo:	**7004128-42.2023**	Número do Contrato:	**ARP005/2023**
Descrição/Justificativa:	**Atraso na entrega do material solicitado na Ordem de Entrega de Material nº 001/2023 ref. Ata de RP ARP005/2023 do Pregão PE004/2023.**		

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**984165 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**		
Data Aplicação:	**15/09/2021**	Valor da Multa:	**R$ 626,33**
Número do Processo:	**PAR 052/2021**	Número do Contrato:	**ARP 152/2021**
Descrição/Justificativa:	**A Comissão Processante sugeriu e a Diretora do Departamento Municipal de Educação acatou a penalidade de multa devido ao atraso na entrega do produto.**		

Relatório de Ocorrências Ativas



Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**70005 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO**		
Data Aplicação:	**26/04/2022**	Valor da Multa:	**R$ 1.205,00**
Número do Processo:	**SEI-10530-31.2021**	Número do Contrato:	**2021NE000500**
Descrição/Justificativa:	**Aplicação de MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota fiscal 2475 (NE 500/2021), com apoio nos subitens 9.1.2, alínea "b" e 9.2, alínea "e" do Termo de Referência anexo ao instrumento convocatório (doc. nº 1492259, pg. 28-29). O VALOR DA MULTA FOI RECOLHIDO NO ATO DE PAGAMENTO DA FATURA (SEI 0010530-31.2021.6.27.8000).**		

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
[redacted]:	**153065 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I**		
[redacted]:	**[redacted]**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**20/11/2023**	Prazo Final:	**20/01/2025**
Número do Processo:	**23074027480202354**	Número do Contrato:	**PR nº 07/2021**
Descrição/Justificativa:	**Por não efetuar, sem justa causa, a entrega de 1 (UMA) nota de empenho originada do Pregão Eletrônico nº 07/2021, descumpriu as obrigações previstas no respectivo edital.**		

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
Motivo:	**Advertência - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**135022 - EMBRAPA AGROSSILVIPASTORIL/SINOP/MT**		
		Impeditiva:	**Não**
Prazo Inicial:	**26/07/2023**		
Data Aplicação:	**26/07/2023**		
Número do Processo:	**21155.000200/2023**	Número do Contrato:	**4400023033**
Descrição/Justificativa:	**Aplicar à empresa EMPRESA: DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ nº 30.019.904/0001-20, sediada na Rua DARCI BITENCOURT-113,- CEP 02726-030, a penalidade de Advertência, Processo SEI nº 21155.000200/2023-73, Pregão Eletrônico SRP nº 0011/22, SEI 21155.001336/2022-10, contrato nº 44000023033 SEI nº 7742613 , motivada pelo descumprimento do prazo da entrega dos itens constante no referido contrato.**		

Relatório de Ocorrências Ativas

JUÍZO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 242
SALC

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**

UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **06/12/2021**

Data Aplicação: **06/12/2021**

Número do Processo: **STJ n. 35.996/202**

Número do Contrato: **NE n. 000772/2021**

Descrição/Justificativa: **Multa moratória devido ao atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n. 772/2021 com de 20 (vinte) dias de atraso, gerando multa moratória de R$ 1.461,90 (um mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa centavos).**

DUNAS COMERCIAL



Para:	COMANDO DE FRONTEIRA- ACRE E 4º BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA				
Att:	COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO				
Refer. Edital:	900052024	**UASG / ID:**	**160002**	**DATA:**	**27/03/2024**

PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição	Marca/Modelo	Qtd	Und	Unitario	Total
6	Amassadeira Semi Rápida Basculante. Equipamento de acordo com a portaria 371/09 do INMETRO, com selo de conformidade expedido pelo mesmo. Possui tampa de proteção móvel intertravada, que impede o acesso à área dos batedores e que, ao ser aberta, efetua a parada imediata. Tacho em aço inoxidável 304 jateado. Exclusivo sistema de braço basculador, que auxilia o operador na retirada da massa do tacho. Batedores em ferro fundido nodular (estanhado). Estrutura em chapa reforçada SAE 1010/1020 com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Gabinete fechado para evitar contato com partes móveis (polia, correia, motor, etc.). Motor monofásico tensão 220 V. Ideal para uso em confeitaria (bolo, pão de ló, etc) e para produção de massas úmidas (pão de milho, pão de queijo, etc) e massas granuladas (cobertura de cuca, massa de cuca, etc) e, também, pode ser utilizada para misturar recheios, como por exemplo, o da coxinha. Capacidade máxima de massa pronta 25 kg. Motor: ½ CV monofásico.	VENANCIO / ASRBSV25NR	2,00	Und	4.442,00	8.884,00

Total da Proposta: **R$ 8.884,00**

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias úteis

PRAZO DE PAGAMENTO: 10 dias úteis

VALIDADE DA POPOSTA: 60 dias

Bar Caixa Economica Federal - Ag. 2041 - Conta 1933-3

Estamos de acordo com todas as cláusulas do Edital, e declaramos que estão inclusos na proposa todos os impostos, taxas e seguros, bem como quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto desta licitação

Dunas Comercail Ltda - EPP
Wellington R. Recla

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 244
SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.530.834/0001-22**	DUNS®:	**897617079**
Razão Social:	**DUNAS COMERCIAL LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**28/02/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**24/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**27/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**28/09/2024**	**Automática**

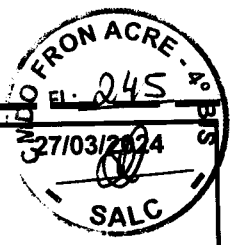
IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/06/2024**
Receita Municipal	Validade:	**15/05/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2024**

DUNAS COMERCIAL



AO COMANDO DE FRONTEIRA - ACRE E 4° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

PE 900052024

DECLARAÇÃO

A Empresa Dunas Comercial Ltda - EPP estabelecida à Rua Guimarães Rosa, 227 - Chacara Parreiral - Serra - ES, devidamente inscrita no CNPJ Sob o n.º 05.530.834/0001-22, Declara, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade do Pregão Eletrônico em epígrafe, instaurado pelo Órgão licitante acima citado, de que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de oteção do meio ambiente, conforme estabelece o Decreto Estadual n.° 6.252/06, de 22 de março de 2006.

[redacted]

Wellington R. Recla
Sócio-Gerente

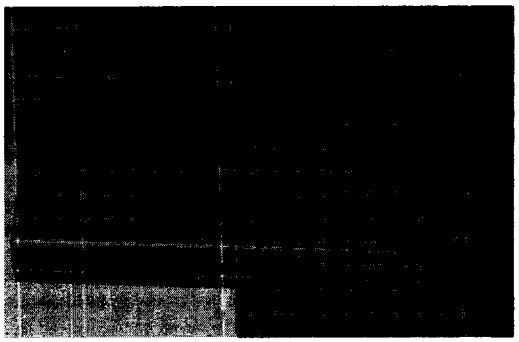
Rua Guimarães Rosa, 227 - Chácara Parreiral - Serra - ES - CEP: 29164-360 - CNPJ 05.530.834/0001-22
Email vendas@dunascomercial.com.br - Telef. 27 3064-1870 27 3241-1860

AMASSADEIRA SEMI-RÁPIDA BASCULANTE

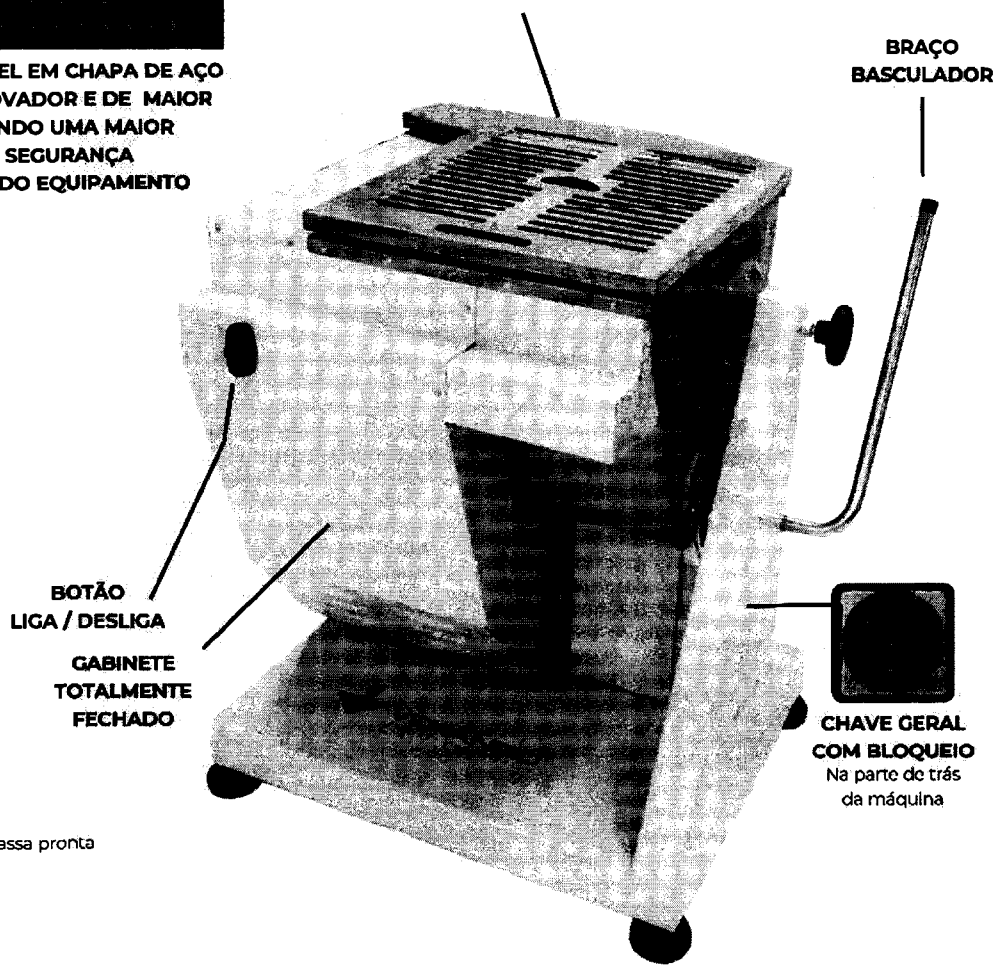
Segurança
Compulsório INMETRO

CMED - FRON ACRE - 4º BIS
FL. 246
SALC

- EQUIPAMENTO DE ACORDO COM A PORTARIA 371/09 DO INMETRO, COM SELO DE CONFORMIDADE EXPEDIDO PELO ÓRGÃO;
- POSSUI TAMPA DE PROTEÇÃO MÓVEL INTERTRAVADA, QUE IMPEDE O ACESSO À ÁREA DOS BATEDORES E QUE AO SER ABERTA, EFETUA A PARADA IMEDIATA;
- TACHO EM AÇO INOXIDÁVEL 304 JATEADO;
- EXCLUSIVO SISTEMA DE BRAÇO BASCULADOR, QUE AUXILIA O OPERADOR NA RETIRADA DA MASSA DO TACHO;
- BATEDORES EM FERRO FUNDIDO NODULAR (ESTANHADO);
- ESTRUTURA EM CHAPA REFORÇADA SAE 1010/1020 COM ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA COM BASE FOSFATIZADA;
- GABINETE FECHADO PARA EVITAR CONTATO COM PARTES MÓVEIS (POLIA, CORREIA, MOTOR, ETC.);
- MOTOR MONOFÁSICO COM OPÇÃO DE TENSÃO DE 127 V OU 220 V (NÃO POSSUI SELETOR DE TENSÃO);
- IDEAL PARA USO EM CONFEITARIA (BOLO, PÃO DE LÓ, ETC) E PARA PRODUÇÃO DE MASSAS ÚMIDAS (PÃO DE MILHO, PÃO DE QUEIJO, ETC) E MASSAS GRANULADAS (COBERTURA DE CUCA, MASSA DE CUCA, ETC) E, TAMBÉM, PODE SER UTILIZADA PARA MISTURAR RECHEIOS, COMO POR EXEMPLO, O DA COXINHA;



TAMPA DE PROTEÇÃO MÓVEL EM CHAPA DE AÇO INOX 430 COM DESIGN INOVADOR E DE MAIOR ROBUSTEZ, PROMOVENDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O MANUSEIO DO EQUIPAMENTO



ASRBSV7NR
Capacidade para até 7 kg de massa pronta

ASRBSV25NR
Capacidade para até 25 kg de massa pronta

AMASSADEIRA SEMI-RÁPIDA BASCULANTE

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 247
SALC

- **NAS AMASSADEIRAS SEMI-RÁPIDAS, DEVE-SE, PRIMEIRAMENTE, COLOCAR OS INGREDIENTES SÓLIDOS (FARINHA), E APÓS, COM A TAMPA FECHADA, ADICIONAR O LÍQUIDO (LEITE, ÁGUA, ETC);**
- **FÁCIL INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO;**
- **PARA TODAS AS MASSAS COM LIGA OU GRANULADAS (PIZZAS, MACARRÃO, CUCAS, PASTÉIS, ETC.);**
- **PÉS DE BORRACHA;**
- **O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER INSTALADO EM DISJUNTOR DE PROTEÇÃO: ASRBSV7NR 127 V - 10 A, 220 A - 4 A / ASRBSV25NR 127 V - 16 A / 220 V - 6 A;**

ASRBSV7NR

Capacidade máxima de massa pronta 7 kg;
Quantidade máxima de farinha 5 kg;
Capacidade mínima de massa pronta 2 kg;

ASRBSV25NR

Capacidade máxima de massa pronta 25 kg;
Quantidade máxima de farinha 16 kg;
Capacidade mínima de massa pronta 12 kg;

ASRBSV7NR

- Motor: 1/4 CV monofásico
- Fiação: cabo de alimentação com flecha
- Correia: 3L430
- Polia do Motor: 4021
- Polia dos Batedores: plana Ø 300
- RPM - 55 pá frontal
- RPM - 45 pá traseira
- Disjuntor: 127 V - 10 A / 220 V - 4 A

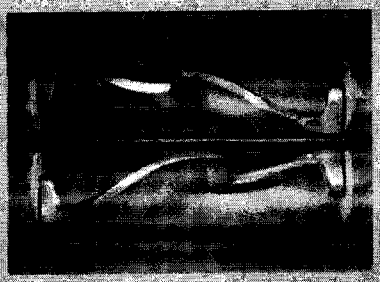
ASRBSV25NR

- Motor: 1/2 CV monofásico
- Fiação: cabo de alimentação com flecha
- Correia: 3L450 (2 un)
- Polia do Motor: 5SZ2
- Polia dos Batedores: plana Ø300
- RPM - 88 pá frontal
- RPM - 72 pá traseira
- Disjuntor: 127 V - 16 A / 220 V - 6 A

Detalhes



Tacho em aço inoxidável 304 jateado



Batedores em ferro fundido nodular (estanhado)



Tacho móvel para basculas

DADOS TÉCNICOS

	Medidas Externas					
Produto	**Altura** (mm)	**Largura** (mm)	**Prof.** (mm)	**Consumo** (kWh)	**Peso Bruto** (kg)	**Peso Líquido** (kg)
ASRBSV7NR	**705**	**610**	**400**	**0,35**	**56**	**41**
ASRBSV25NR	**790**	**725**	**630**	**0,62**	**82,4**	**55**

VENÂNCIO

CODEVASF **Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - FRON ACRE - 4º BIS - FL: 248 - SALC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a empresa DUNAS COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 05.530.834/0001-22, estabelecida a Rua Guimarães Rosa, nº 227, Bairro Chácara Parreiral, Serra, Espírito Santo, CEP 29.164-360,_forneceu 08 (oito) masseiras rápidas, cap. 15 kg, marca Venâncio ARSV15NR para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, por meio do contrato nº 4.0249/2021, que tem por objeto o fornecimento de 08 (oito) masseiras cap. 15 kg, conforme descritas no item 01 do Pregão Eletrônico 26/2021 - Codevasf 4ª/SR.

Atestamos, ainda, que os fornecimentos foram desenvolvidos a contento, dentro dos padrões e normas técnicas exigidos no instrumento contratual.

OBSERVAÇÃO:

Empenhos nºs 2021NE541059, 2021NE541060, 2021NE541061,

2021NE541063, 2021NE541276, Nota Fiscal 960 - Valor Total R$ 39.280,00.

ARACAJU/SE	28/07/2022
LOCAL	DATA

Responsável pelas informações:

[redacted]

SUPERVISOR / COORDENADOR DO CONTRATO / FISCAL (ASSINATURA E CARIMBO)

Homologação:

[redacted]

TITULAR DA ÁREA / SUPERINTENDENCIA REGIONAL (ASSINATURA E CARIMBO)

UNIÃO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 249
SALC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa DUNAS COMERCIAL LTDA ME, estabelecida à Rua Guimarães Rosa, 233, Chácara Parreiral, Serra/ES, inscrita no CNPJ sob o número 05.530.834/0001-22, forneceu a esta Instituição ferramentas, materiais de segurança, cantoneiras, buchas, barras de aço e alumínio, produtos e equipamentos metalográfi cos e industriais, entre outros.

Atestamos ainda que nada consta em nossos apontamentos que possa desbonála até a presente data demonstrando, dessa forma, capacidade técnica no fornecimento dos materiais.

Vitória, 30 de outubro de 2006.

[redacted]

Coordenador de Licitações e Compras

36 048 874/0001-66
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DO ESPÍRITO SANTO
Av. Vitória, 1729
Jucutuquara – CEP: 29040-333
Vitória – ES

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 250
SALC

COMERCIAL ALBINO LONGO

Égide Comércio de Vestuário e Eletrodomésticos Ltda.
Av. 21 de Abril, nº 51 – Sala 01, Barão de Cotegipe-RS CEP: 99740-000
CNPJ: 02.309.765/0001-33 IE: 170/0004031
Fone: (54) 3523-1269 WhatsApp (54) 99100-7012 e-mail: egide.net@uol.com.br

"61 Anos - Tradição e Confiança conquistadas através do tempo!"

PROPOSTA DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
5	Moedor Picador De Carne B.22 1,25Cv Bivolt PBM22I - Beccaro é um produto indicado para uso em restaurantes, cozinhas industriais, açougues etc. É um produto para uso em média ou grande escala para estabelecimentos comerciais, pois sua capacidade de moagem é de 300 kg/h. Possui corpo e bandeja confeccionados em aço inox 430 e bocal completo estanhado. Moa Carnes com economia e segurança, visto que este equipamento está em aderência com as diretrizes de segurança do governo (NR12) e inmetro. Capacidade de Moagem :300 Kg/h Corpo e Bandeja: Aço Inox 430 Bocal Completo: Estanhado Dimensões (alt x larg x prof): 400 x 350 x 700 mm Embalagem: 490 x 390 x 815 mm Peso Bruto: 49 Kg Peso Líquido: 40 Kg Motor: 1,25 cv - Monofásico - 149 rpm Tensão: Bivolt Frequência: 60Hz Consumo: 1,12 KW/h. Marca/Modelo: BECCARO PBM22I.	2	Unid.	R$ 3.954,00	R$ 7.908,00

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
Prazo de entrega: 30 (trinta) dias úteis.
Local de entrega: Rua Colômbia, s/n, Rio Branco/AC, CEP: 69900-679, nos horários de 9:30h às 16:30h.
Garantia dos produtos: 12 meses.

Dados Bancários:
Banco do Brasil (001) Agência: 0132-5 Conta: 4600-0.
Praça de Pagamento: Erechim/RS.
Ou
PIX: 02.309.765/0001-33.

- Nos preços propostos estão inclusas todas as despesas incidentes sobre o objeto cotado, exceto a instalação e/ou montagem.

Barão de Cotegipe/RS, 26 de Março de 2024.

[redacted]

Vitor Eduardo Longo
CPF: [redacted]
RG: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 251
SALC

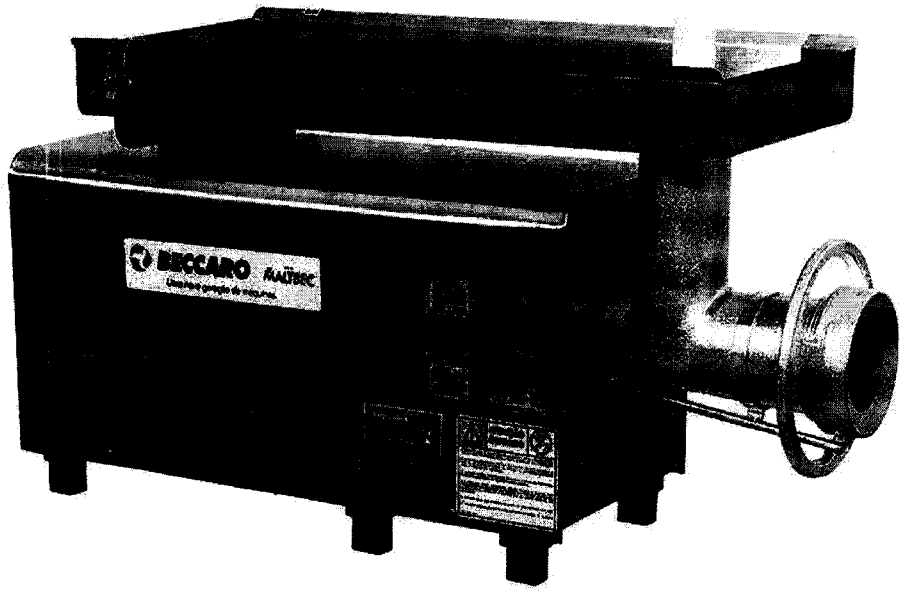
COMERCIAL ALBINO LONGO

Égide Comércio de Vestuário e Eletrodomésticos Ltda.
Av. 21 de Abril, nº 51 – Sala 01, Barão de Cotegipe-RS CEP: 99740-000
CNPJ: 02.309.765/0001-33 IE: 170/0004031
Fone: (54) 3523-1269 WhatsApp (54) 99100-7012 e-mail: egide.net@uol.com.br

"61 Anos - Tradição e Confiança conquistadas através do tempo!"

ITEM 5

MOEDOR PICADOR DE CARNE 1,25CV BIVOLT PBM22I – BECCARO



Moedor Picador De Carne B.22 1,25Cv Bivolt PBM22I - Beccaro é um produto indicado para uso em restaurantes, cozinhas industriais, açougues etc. É um produto para uso em média ou grande escala para estabelecimentos comerciais, pois sua capacidade de moagem é de 300 kg/h. Possui corpo e bandeja confeccionados em aço inox 430 e bocal completo estanhado. Moa Carnes com economia e segurança, visto que este equipamento está em aderência com as diretrizes de segurança do governo (NR12) e inmetro. Capacidade de Moagem :300 Kg/h Corpo e Bandeja: Aço Inox 430 Bocal Completo: Estanhado Dimensões (alt x larg x prof): 400 x 350 x 700 mm Embalagem: 490 x 390 x 815 mm Peso Bruto: 49 Kg Peso Líquido: 40 Kg Motor: 1,25 cv - Monofásico - 149 rpm Tensão: Bivolt Frequência: 60Hz Consumo: 1,12 KW/h. Marca/Modelo: BECCARO PBM22I.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

UNIÃO FRON ACRE - 4º BIS FL: 252 SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.309.765/0001-33** DUNS®: **649427320**
Razão Social:	**EGIDE - COMERCIO DE VESTUARIO E ELETRODOMESTICOS LTDA**
Nome Fantasia:	**COMERCIAL ALBINO LONGO**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **06/02/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/05/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**12/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**21/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/05/2024**
Receita Municipal	Validade:	**26/05/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 253
SALC

ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa Égide Comércio de Vestuário e Eletrodomésticos Ltda., CNPJ nº 02.309.765/0001-33, estabelecida na Av. 21 de Abril, 51, sala 01, Centro, Barão de Cotegipe – RS, forneceu para Município de Boa Esperança do Iguaçu, os materiais abaixo especificados:

Empenho	Valor	Quantidade/Descrição
3526/2022	R$ 3.199,98	01- Buffet Térmico 8 cubas

Valor Total do Atestado: R$ 3.199,98 (três mil, cento e noventa e nove reais, com noventa e oito centavos).

Atestamos, ainda, que os fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Boa Esperança do Iguaçu, 12 de Janeiro de 2023.

[redacted]
RENATO GRASSI
DIRETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO

[redacted]
Edson José Ghizoni Necker
CRC/PR 035845/O-5 - Contador
CPF 802.152.709-91

LICITASP
DISTRIBUIDOR

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 254
SALC

PROPOSTA DE PREÇOS

REF: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2024

Sr Pregoeiro,

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V. Sa a nossa Proposta de Preços por item consoante ao Termo de Referência, objeto do Pregão acima referenciado:

Objeto:

Item	Especificação	UND	QTD	Marca / Modelo / Procedência	Valor Unitário	Valor Total
11	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25 LITROS, COPO MONOBLOCO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA: 1,0 CV , RPM 3500; VOLTAGEM: 127/ 220 V.	Und	06	JL Colombo 25L Nacional	R$ 1.581,84	R$ 9.491,04

Valor Total: R$ 9.491,04 (Nove mil quatrocentos e noventa e um reais e quatro centavos)

Declaramos que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua entrega.

Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Prazo de entrega do material conforme item **5.1** do Termo de Referência.

Preço fixo com validade de **12 (doze) meses**.

Dados da Proponente:

Empresa:	LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA			
Endereço:	Rua Vicente Soares da Costa 132 ANEXO 136 Jardim Primavera São Paulo SP CEP 02755-000			
CNPJ/I.E:	48.277.417/0001-22		138.023.676.116	
Telefone:	(11) 3932-4518		(11) 98608-8112	
Representante Legal:	Jeferson Aparecido Costa Pessoa	CPF	[redacted]	RG: [redacted] SSP-SP
Dados Bancários:	Banco: Banco do Brasil	Código: 001	Agencia: 7015-7	C/C 9544-3
Optante Simples:	Sim			
Email:	licitaspdistribuidor@outlook.com			

LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA
Endereço Rua Vicente Soares da Costa 132 ANEXO 136 Jardim Primavera São Paulo SP CEP 02755-000
Fone (11) 3932-4518 e Cel ((11) 98608-8112
E-mail: licitaspdistribuidor@outlook.com
CNPJ **48.277.417/0001-22 I.E 138.023.676.116**

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 255
SAI C

Responsável pela assinatura da ata:

Nome:	Jeferson Aparecido Costa Pessoa			
Endereço:	Rua Almirante Matoso Maia, 114 Vila Ramos São Paulo SP CEP 02760-0010			
CPF / RG:	[redacted]		[redacted]	
Telefone:	(11) 3932-4518		(11) 98608-8112	
Estado Civil / Profissão	Solteiro	Sócio Proprietário		
Email:	licitaspdistribuidor@outlook.com			

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

São Paulo, 27 de Março de 2024.

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859

Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Dados: 2024.03.27 13:02:50 -03'00'

LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA
CNPJ **48.277.417/0001-22 I.E 138.023.676.116**
Jeferson Aparecido Costa Pessoa
CPF [redacted]
Sócio Proprietário

LIQUIDIFICADOR CAVALETE BR 25L

Liquidificador basculante baixa rotação JL Colombo, desenvolvido para bater massas densas leves, sorvete, maionese, temperos e sopas, sempre com adição de líquido.

Possui base inclinável, onde permite que o conteúdo seja despejado diretamente em recipientes, evitando assim desperdício e facilitando a limpeza do produto.

- Altura 1160 mm
- Frente 370 mm
- Largura 570 mm

- Copo Aço Inox 304
- Copo Monobloco
- Cavalete Aço Carbono
- Tampa em Alumínio
- Motor 1,5 CV
- Potência de 2000 W
- Rotação 3500 rpm
- Freqüências 60 Hz
- Tensão 127V/220V
- Proteção IPX1

JL COLOMBO

FRON ACRE - Nº BIS
FL: 256
SALC



25 Litros

SALC
257
FL:
CMDO FRON ACRE - 4º BIS

LICITASP
DISTRIBUIDOR

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
(PAPEL TIMBRADO)

A empresa LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA inscrito no CNPJ nº 48.277.417/0001-22, sediada Rua Vicente Soares da Costa 132 ANEXO 136 Jardim Primavera São Paulo SP CEP 02755-000, Telefone: (11) 3932-4518 **e email:** licitaspdistribuidor@outlook.com por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). Jeferson Aparecido da Costa Pessoa, portador (a) da Carteira de Identidade nº [redacted] e do CPF nº [redacted], para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº **90005/2024** do Comando de Fronteira Acre/4ºBIS, DECLARA expressamente que:

Atende os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o guia nacional de contratações sustentáveis 6ª edição, atualizado em setembro de 2023, aprovado pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Paulo, 27 de Março de 2024.

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859

Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Dados: 2024.03.27 13:04:10 -03'00'

LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA
CNPJ **48.277.417/0001-22 I.E 138.023.676.116**
Jeferson Aparecido da Costa Pessoa
CPF [redacted]
Sócio Proprietário

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS FL: 258 SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**48.277.417/0001-22**
Razão Social:	**LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA**
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/10/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
orte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**06/08/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**09/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**07/08/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**04/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**13/08/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2024**

Emitido em: 01/04/2024 10:08

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

RECEBEMOS DE LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL L OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		
Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor	

GOVERNO DO ACRE - SEFAZ
FL. 259
Nº 000023
Série 1
SALC

LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL L
Rua Vicente Soares da Costa, 132, Anexo 136, Jardim Primavera (Zona Norte)
02.755-000 - São Paulo - SP
Fone (11) 3932-4518 -
licitaspdistribuidor@outlook.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saída [1]

Nº 000023
SERIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
3523 0448 2774 1700 0122 5500 1000 0000 2313 2399 7749

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação		Protocolo de autorização de uso
VENDA DE MERCADORIA CONTA E ORDEM		135230615698932 24/04/2023 15:00:49
Inscrição Estadual	Inscr.est. do subst.trib.	CNPJ
138.023.676.116		48.277.417/0001-22

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social		CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
CONSTRUA NA WEB DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO S		41.609.792/0001-83	131012377116	24/04/2023
Endereço		Bairro	CEP	Data saída
Rua Antonio Sebastiao Sobrinho, 800		Parque Panamericano	02.992-110	24/04/2023
Município		Fone/Fax	UF	Hora saída
São Paulo			SP	15:00:49

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.344,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.344,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
18				120,000	120,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
K20-220V	BEBEDOURO MARCA KARINA MODELO K20-220V	84186931	0103	5.102	Und	10,00	700,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
1252	LIQUIDIFICADOR MARCA JLCOLOMBO MODELO 06LBR	84386000	0103	5.102	Und	8,00	668,00	5.344,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Total aproximado de tributos: R$ 4.267,89 (34,57%) Federais R$ 2.045,97 (16,57%) Estaduais R$ 2.221,92 (18,00%) . Fonte IBPT. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - LEI 123/2006 Decisão do STF, está suspensa a cobrança do DIFAL (EC 87/2015) da empresas Optantes pelo Simples Nacional. Foi suspensa a eficácia da cláusula nona do Convênio ICMS 93/2015 por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, concedida em sede liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5.464. A decisão foi objeto de notícia veiculada no portal de notícias do STF em 17.02.2016. Referente a crédito correspondente do ICMS permitido conforme Lei Complementar nº 123/2006, Artigo 23, Paragrafo primeiro, na qual ela permite a tomada de crédito de 3,8% PAGAMENTO A VISTA FRETE: CLIENTE RETIRA	

24/04/2023 15:11:16

PATRICIA CAVALCANTE GARCIA:29209613813

Assinado de forma digital por PATRICIA CAVALCANTE GARCIA:29209613813
Dados: 2023.04.24 15:20:11 -03'00'

CONSTRUANAWEB

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 260
SALC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de comprovação de aptidão de desempenho e de execução, que a LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.277.417/0001-22, com sede Rua Vicente Soares da Costa 132 Anexo 136 , Forneceu BEBEDOURO E LIQUIDIFICADOR, , conforme Nota Fiscal nº23.

10 Bebedouros – Marca Karina
06 Liquidicadores – Marca JLCOlombo

Declaramos, ainda, que a prestação dos mencionados serviços ocorreu com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica ou comercialmente até a presente data.

São Paulo 24 de Abril de 2023.

PATRICIA CAVALCANTE GARCIA:29209613813

Assinado de forma digital por PATRICIA CAVALCANTE GARCIA:29209613813
Dados: 2023.04.24 15:22:15 -03'00'

PATRICIA CALVACANTE GARCIA

□(11)3943-2661 □(11)98517-0226

Rua Antonio Sebastião Sobrinho, 800 – CEP 02992-110 – Parque Panamericano – São Paulo

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 31.499.939/0001-76

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 261
SALG

ORÇ:	348/2023
AO COMANDO DE FRONTEIRA DO ACRE/ 4° BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA - AC	
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRONICO Nº 90005/2024
PROCESSO:	65323.001620/2024-44
DATA:	26/03/2024
HORA:	11h00min

PROPONENTE:
M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
RUA: MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, N° 88, SALA B
ARAÇATUBA/SP. CEP. 16075-370 CNPJ 31.499.939/0001-76
INSCRIÇÃO ESTADUAL N.° 177.427.143.110 INSC. MUNICIPAL 88483
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO – JUNTA COMERCIAL DATA DO REGISTRO – 13/09/2018
NUMERO DO REGISTRO 35602258561 FONE – 18 - 36212782
E-MAIL – licitacao2@kcrequipamentos.com.br
OBJETO SOCIAL – COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

Prezados Senhores,
Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do (s) equipamento (s) abaixo descriminado, conforme edital:

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE PARA O SETOR DE APRISIONAMENTO.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO / MARCA / MODELO	PREÇO UN. (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
19	04	UN	BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE DE 300 KG 90V/250V 55 CM X 40 CM. **MARCA: LIDER, FABRICANTE LIDER BALANÇAS, MODELO: B520 PROCEDÊNCIA NACIONAL** CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO.	R$ 1.390,00	R$ 5.560,00

VALOR TOTAL POR EXTENSO – R$ 5.560,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
PAGAMENTO 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
ENTREGA 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.
GARANTIA 12 meses a contar da entrega na unidade requisitante.

LOCAIS DE ENTREGA:
Rua Colômbia, s/n, Rio Branco-Acre, CEP: 69900-679
E-MAIL PARA ENVIO DA NOTA DE EMPENHO/ORDEM DE FORNECIMENTO: licitacao2@kcrequipamentos.com.br Obs. Acaso não receber a confirmação de recebimento do email em 24 hs. entrar em contato por telefone.

Termo de Garantia
Toda a assistência técnica necessária durante a garantia, desde que usados adequadamente e de acordos com as especificações contidas no manual de usuário, contra defeitos de fabricação sendo peças e mão de obra para supostas correções dentro do período de garantia conforme condições editalícias. O prazo de garantia acima descrito ja considera e engloba a garantia legal de 90 dias. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA LOCAL: ANDRANA COMERCIO E REP. CIDADE: RIO BRANCO - AC AV: NAÇÕES UNIDAS N° 3438 BAIRRO: TANGARA CEP: 69912600 TEL: 68 - 3227-2281 / 9979 4984 ANDRÉ**

DADOS BANCARIOS
BANCO DO BRASIL – Araçatuba – SP AGÊNCIA 7646-5 CONTA CORRENTE: 104-X MKR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP

Impostos e reajuste
***ICMS** = 18% (INCLUSO NO PREÇO) **IPI** = 0,00 % - ISENTO*
Os preços são fixos e irreajustáveis.

FRON ACRE - 4º BIS FL: 262 SALC

Transporte
CIF – POR CONTA DA MKR

Disposições Finais

- Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
- Declaramos que o produto ofertado é de novo, em uso e de primeira linha e atende integralmente a todas as especificações exigidas no edital e seus anexos;
- Declaramos conhecer e nos submeter a todas as cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos, bem como as disposições da Lei nº. 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06 e 127/07 e LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que rege o presente e ainda que nossa proposta atende integralmente as especificações contidas no edital e conhecemos as condições locais para o cumprimento das obrigaoções decorrentes desta licitação.
- Declaramos estarem inclusos todos os custos e despesas, tais como diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, embalagens, lucro, frete, carga e descarga, instalação e treinamento se constante em edital e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
- Declaramos fornecer juntamente com o equipamento manuais de operação elaborados conforme normas ténicas e em Português.
- Declaramos que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e somos optantes pelo simples nacional.
- Garantimos assistência técnica local qualificada e especializada na vigência do prazo de garantia, sem ônus para administração, conforme condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos e ainda assistência técnica permanente após o período de garantia.
- Declaramos que o produto – balança é isento de Registro Ministério da Saude/Anvisa> Produto pois é considerado não classificado para saúde pela ANVISA, segundo RDC nº 260 e NOTA TÉCNICA N° 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA.
- Garantimos assistência técnica local qualificada e especializada na vigência do prazo de garantia, sem ônus para administração, conforme condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos e ainda assistência técnica permanente após o período de garantia.
- Utilizaremos os meios, equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução do Contrato, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, bem como da fiscalização do órgão licitante.
- Assumimos responsabilidade pelo Fornecimento cotados e classificados, com o devido controle de qualidade necessário, conforme exigências editalícias.
- Declaramos sob as penas da lei que não há nos quadros de nossa empresa, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 e LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência (Projeto Básico) e no Contrato.
- Declaramos, sob as penas lei, que a proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Caso nos seja adjudicado o item, COMPROMETEMO-NOS A ASSINAR A ATA/TERMO DE CONTRATO e segue os dados pessoais do contato (responsavel) e representante legal /PROCURADORA da empresa que assinará o ata/Termo de Contrato:

NOME: KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI DATA DE NASC. 21/03/1979
NACIONALIDADE: BRASILEIRA ESTADO CIVIL: CASADA PROFISSÃO: EMPRESÁRIA
RG: [redacted] SSP/SP emissão – 14/04/2015 CPF: [redacted]
DOMICÍLIO: R. ARY VILELA MARTINS, 294 HABIANA - ARAÇATUBA/SP
TELEFONE/FAX: 18 – 3621 2782 CEP: 16052-900 E-MAIL: licitacao2@kcrequipamentos.com.br

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 31.499.939/0001-76

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 263
SALC

Araçatuba, (SP), 27 de março de 2024.

[redacted]

M.K.R. [redacted] MENTOS LTDA
KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI
CARGO: PROCURADORA/REPRESENTANTE LEGAL
CPF: [redacted] RG: [redacted] SSP/SP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI: [redacted]

Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Dados: 2024.03.27 13:21:33 -03'00'

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 264
SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**31.499.939/0001-76**	DUNS®:	**946762794**
Razão Social:	**M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**M.K.R.**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**01/10/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**02/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**03/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**10/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**10/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**10/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2024**

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 31.499.939/0001-76

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 265
SALC

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

PREGÃO ELETRONICO 90005/2024 - 4° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - AC

A empresa, M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida à AV: Marechal Mascarenhas de Morais nº. 88, sala B, nesta cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, Inscrita no CNPJ. n.º 31.499.939/0001-76 e Inscrição Estadual n.º 177.427.143.110, por intermédio de sua Advogada a **SRA. KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI**, portadora da Carteira de Identidade [redacted] e do CPF nº. [redacted] devidamente inscrita da OAB: 208115/SP, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

DECLARO que todos os documentos apresentados no presente processo licitatório são autênticos, assumindo o mesmo poder de prova que o original nos termos do Art.12 inc. IV da Lei 14.133/21

Por ser expressão da verdade firmo a presente declaração e assumo responsabilidade pessoal nos termos da lei.

Araçatuba, (SP), 26 de março de 2024.

[redacted]

M[redacted]QUIPAMENTOS LTDA
K[redacted]IRO STANICHESKI
CARGO: ADVOGADA OAB: 208115/SP
CPF: [redacted] RG: [redacted] SSP/SP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:[redacted]
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:[redacted]
Dados: 2024.03.26 16:56:36 -03'00'

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

C.N.P.J 31.499.939/0001-76

FRON ACRE - 4º BIS FL: 266 SALC

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A empresa, M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida à AV: Marechal Mascarenhas de Morais nº. 88, sala B, nesta cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, Inscrita no CNPJ. n.º 31.499.939/0001-76 e Inscrição Estadual n.º 177.427.143.110, por intermédio de sua representante legal/procuradora a Sra. **Karen Cristiane Ribeiro Stanicheski**, portadora da Carteira de Identidade [redacted] e do CPF nº.[redacted] para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024 do Comando de Fronteira Acre/4ºBIS, DECLARA expressamente que:

Atende os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o guia nacional de contratações sustentáveis 6ª edição, atualizado em setembro de 2023, aprovado pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Araçatuba, (SP), 26 de março de 2024.

[redacted]

M.K.R. C[redacted]IPAMENTOS LTDA
KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI
CARGO: PROCURADORA/REPRESENTANTE LEGAL
CPF:[redacted] RG: [redacted] SSP/SP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHES KI:[redacted]
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI[redacted]
Dados: 2024.03.26 16:54:54 -03'00'

CMDO FRON ACRE
FL: 267
SALC

Prefeitura Municipal de Araçatuba
Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Almoxarifado e Suprimentos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de participação em processos licitatórios, que a empresa **M.K.R COMERCIO DE QUEIPAMENTOS EIRELLI EPP**, inscrita no *CNPJ sob o nº. 31.499.939/0001-76*, estabelecida na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 88, bairro Industrial, CEP 16075-370 cidade de Araçatuba – São Paulo, nos forneceu materiais permanentes, conforme relacionado na tabela abaixo. Ressaltamos ainda que a Empresa em questão honrou o seu compromisso com esta Secretaria dentro dos prazos estipulados, cumprindo satisfatoriamente as exigências, e até a presente data **NADA CONSTA** que *possa* desaboná-la.

Nota Fiscal	Empenho	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)
1760	20668/2019	22804	BALANÇA ADULTO PARA 200 KG, DIGITAL GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	13	720,00
1760	20668/2019	44448	BALANÇA DIGITAL TIPO PROFISSIONAL PORTATIL, CAPACIDADE DE PESAGEM DE 200KG	UN	4	680,00
1759	20668/2019	22804	BALANÇA ADULTO PARA 200 KG, DIGITAL GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	28	720,00

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Araçatuba, 25 de janeiro de 2024.

[redacted] da Silva
ativo

16025-347 Araçatuba/SP
xarifado.saúde@aracatuba.sp.gov.br

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOÃO BRAZ FERRER, em terça-feira, 30 de janeiro de 2024 14:39:02 GMT-03:00, CNS: 11.245-8 - 2º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel, meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

LÍDER Balanças

Laboratório de calibração de
Balanças e Massas Acreditado
pelo INMETRO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 268
SALC

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO INTEGRAL

Pelo presente instrumento, a empresa **MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA – LIDER BALANÇAS**, estabelecida à Av. Jorge Mellem Rezek nº.3411 – PQ Industrial, Cep 16075-300, nesta cidade Araçatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº. 46.686.119/0001 – 60 e Inscrição Estadual nº 177.139.644.117, por intermédio de seu representante legal o Sr. Marcos Ribeiro, portador do RG. [redacted] e do CPF [redacted], **DECLARA,** que será atendido integralmente às especificações **do ITEM 19 referente ao PREGAO ELETRONICO N. 90005/2024** na hora da fabricação do produto, produto esse ofertado pela nossa representante M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, conforme as especificações:

ESPECIFICAÇÕES

ITEM 19: BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE DE 300 KG 90V/250V 55 CM X 40 CM. **MODELO: B520**

Araçatuba, (SP), 26 de março de 2024.

[redacted]

M
MARCOS RIBEIRO
CARGO: SÓCIO-GERENTE
RG. [redacted] CPF. [redacted]

Líder Balanças - Av Jorge Mellen Rezek, 3411 Parque Industrial - Araçatuba - SP Tel. +55 (18) 2102-5500 Fax 2102-5530
C.N.P.J 46.686.119/0001.60 Inc.Est. 177.139.644.117 www.liderbalancas.com.br E-mail lider@liderbalancas.com.br

MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
Equipamentos, mobiliários e máquinas para gastronomia
Encruzilhada do Sul/RS

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 269
SALC

Ao Sr. Pregoeiro do 4° Batalhão de Infantaria de Selva
Rio Branco-AC
Prezado Senhor

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

CNPJ:	95.276.069/0001-59
RAZÃO SOCIAL:	MKM COMÉRCIO DE EQUIP.MOB. E MÁQUINAS PARA GASTRONOMIA EIRELI
NOME FANTASIA:	MKM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES
ENDEREÇO:	RUA PROFESSORA SELMA, 853 – XAVIER – ENCRUZILHADA DO SUL/RS – 96610-000
TELEFONE:	51 3733 2246 – 51 98035 8436 WhatsApp – 51 986157426
E-MAIL:	mkm4005@hotmail.com – liesemkm@hotmail.com - mkm4010@hotmail.com
Estabelecimento Bancário:	BANCO DO BRASIL
Agência:	0424-3
Conta: corrente	27191-8

DADOS DA PROPOSTA

Validade da proposta:	60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.
Prazo de entrega:	Conforme TERMO DE REFERÊNCIA.

IDENTIFICAÇÃO DO ENCARREGADO PARA ASSINATURA DA ATA E DO CONTRATO

Nome completo:	MARCOS GIOVAN RODRIGUES
Endereço:	RUA PROFESSORA SELMA, 853 – BAIRRO XAVIER – ENCRUZ.DO SUL SUL/RS – 96610-000
Estado Civil:	CASADO
Profissão:	EMPRESÁRIO
Cédula de Identidade:	3036859951
CPF/MF:	515057970-04

Encaminho a presente proposta, corroborando nossa intenção de concretizar o cumprimento do Edital convocatório.

OBJETO:
O objeto da presente licitação **é a aquisição de material de permanente para o Setor de Aprovisionamento** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004 Assinado de forma digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004 Dados: 2024.03.27 14:05:55 -03'00'

MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
Equipamentos, mobiliários e máquinas para gastronomia
Encruzilhada do Sul/RS

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 27
SALC

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO/MARCA/MODELO	QUANT	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
07	Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020, acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura em pó eletrostática com base fosfatizada na cor preta, câmara fabricada em aço inox, isolamento em lã de rocha de 50 mm. Possui a Frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. Sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. Baixo consumo de energia elétrica. Painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. Controlador digital que emite uma alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. Controla o tempo de vapor desejado. Luz para melhor visualização da câmara interna. Compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. Possui isolamento térmico em lã de rocha, o que proporciona aumento na eficiência do preparo dos alimentos. Rodízios para facilitar a locomoção. Motor: 1,0 cv,Tensão:220v; capacidade para 10 bandejas, dimensões: LXPXA: 1100 X 1430 X 1380 mm. Obs: SERÁ ENTREGUE CONFORME PROSPECTO. MARCA: VENÂNCIO MODELO: FVT10E (Forno Turbo Twister)	02	R$ 9.861,00	R$ 19.722,00

Local de Entrega: Nos endereços conforme item 5.1 do Termo de Referência
Prazo de Entrega: 30 dias úteis (podendo ser necessário pedido de prorrogação dependendo do prazo de produção da fabricante).

Encruzilhada do Sul, 27-03-2024

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:[redacted]
Assinado de forma digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES[redacted]
Dados: 2024.03.27 14:05:28 -03'00'

Marcos Giovan Rodrigues
RG [redacted]
CPF [redacted]
Administrador

Mkm Comércio de Equipamentos para Gastronomia
Rua Professora Selma 853 – Fundos - Bairro Xavier - Encruzilhada do Sul/RS
Fone: (51) 3733-2246 Cel. / WhatsApp: (51) 986157426 – (51) 98035 8436 - E-mail: mkm4005@hotmail.com

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 271
SALC

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL (PAPEL TIMBRADO)

MKM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIOS E MAQUINAS PARA GASTRONOMIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.276.069-0001-59, com sede na Rua Professora Selma, 853, Bairro: Xavier ,na cidade de Encruzilhada do Sul, RS, 96.610-000, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [redacted] e do CPF/MF nº [redacted], para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº **90005/2024** do Comando de Fronteira Acre/4ºBIS, DECLARA expressamente que:

Atende os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o guia nacional de contratações sustentáveis 6ª edição, atualizado em setembro de 2023, aprovado pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Encruzilhada do Sul, 27 de março de 2024.

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004

Assinado de forma digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004
Dados: 2024.03.27 14:07:46 -03'00'

REPRESENTANTE LEGAL

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 272
SAI C



MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
Equipamentos, mobiliários e máquinas para gastronomia
Encruzilhada do Sul/RS

DECLARAÇÃO DE PROPOSTAS ECONÔMICAS

Declaramos que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Encruzilhada do Sul/RS, 27 de março de 2024.

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004

Assinado de forma digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51505797004
Dados: 2024.03.27 13:39:38 -03'00'

Mkm Comércio de Equipamentos para Gastronomia
Rua Professora Selma, 853 - Fundos – Bairro Xavier - Encruzilhada do Sul/RS
Fone: 51 37332246 - Cel/ WhatsApp: (51) 98615 7426 / (51) 98035 8436 - E-mail: mkm4005@hotmail.com

MKM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
Equipamentos, mobiliários e máquinas para gastronomia
Encruzilhada do Sul/RS

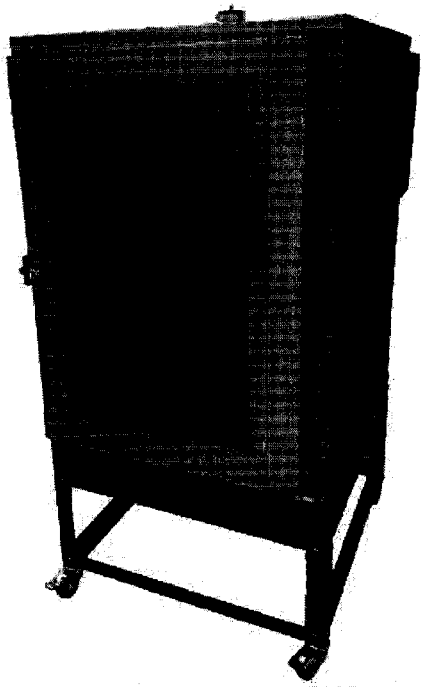
CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 273
SALC

MARCA VENÂNCIO MODELO FVT10E

FORNO TWISTER ELÉTRICO

VENÂNCIO

TWISTER ELÉTRICO



Modelos disponíveis

FVT5E
FVT8E
FVT10E

Características

- O Forno Twister Elétrico é uma excelente opção para quem busca praticidade e eficiência;
Sua porta é confeccionada em aço inoxidável e possui vidro temperado defácil remoção, o que facilita a limpeza e a manutenção;
- Vedação da porta é feita através de perfil de silicone resistente a altas temperaturas, fixado sem a utilização de rebites ou parafusos;
- Maçaneta é confeccionada em aço carbono e pegador em baquelite;
- Sensores desligam a ventilador e o sistema de aquecimento automaticamente ao abrir a porta;
- Suporte para esteiras é através de encabe, facilitando a remoção para limpeza do equipamento;
- Sistema de aquecimento é elétrico, feito com resistência interna localizada na parte traseira do produto;
- Acabamento externo da câmara e do cavalete em pintura pó eletrostático com base fosfatizada na cor preta;
- Câmara em aço inox;
- O produto possui isolamento térmico em lã de rocha, o que proporciona aumento na eficiência do preparo dos alimentos. O produto possui motor elétrico de 1cv nos tamanhos 8 e 10 e 1/4 no 5, resistência de 18000w no 10, no 8 16000w e no 5 9500w, e sistema de exaustão, temperatura máxima de 230 °C;
- Disponível nos tamanhos 5, 8 e 10 esteiras;
- Isolamento em lã de rocha de 50mm;
- Design do cavalete alinhado as linhas do forno;
- Painel de comando recuado, evitando contato com o vapor da cocção ao abrir a porta.

Dimensões produto embalado (LXPXA)

FVT5E - 1100 x 1430 x 930 mm - 73,6 kg
FVT8E - 1100 x 1430 x 1375 mm - 145 kg
FVT10E - 1100 x 1430 x 1380 mm - 161,7 kg

Mkm Comércio de Equipamentos para Gastronomia
Rua Professora Selma 853 – Fundos - Bairro Xavier - Encruzilhada do Sul/RS
Fone: (51) 3733-2246 Cel. / WhatsApp: (51) 986157426 – (51) 98035 8436 - E-mail: mkm4005@hotmail.com

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 274
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**95.276.069/0001-59** DUNS®: **905116117**
Razão Social:	**MKM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIOS E MAQUINAS PARA GASTRONOMIA LTDA**
Nome Fantasia:	**MKM COMERCIO E REPRESENTACOES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **25/02/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**21/08/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**06/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**11/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**20/05/2024**
Receita Municipal	Validade:	**21/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

NOVA MESA UTILIDADES LTDA
Rua: JOSÉ PEREIRA, 220, SALA E, PAUPINA, FORTALEZA - CE **CEP:** 60.874-380
Telefone: (85) 3182-9802 (TELEFONE/WHATSAPP)
CNPJ: 53.385.500/0001-55 **IE:** 07.172218-1 **IM:** 880132-0
Email: contratos@novamesa.com.br **Site:** https://www.novamesa.com.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 275
SALC

Ao Órgão 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC. Pregão Eletrônico Nº 900052024. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd	R$ Unitário	Valor Total
20	ARMÁRIO PANIFICAÇÃO - ARMÁRIO PANIFICAÇÃO - ARMÁRIO PANIFICAÇÃO MATERIAL: AÇO INOX , ALTURA: 1.93 M, LARGURA: 63 CM, PROFUNDIDADE: 74 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS COM RODÍZIOS , CAPACIDADE: 20 **MARCA:** INNAL **MODELO/VERSÃO:** INNAL	UNIDADE	6,00	2.869,50	17.217,00
21	EXAUSTOR - EXAUSTOR - EXAUSTOR MATERIAL: AÇO CARBONO , POTÊNCIA MOTOR: 1 A 3 CV, TIPO MOTOR: TRIFÁSICO , TENSÃO: 220 V, VAZÃO: 16.800 M3, TIPO: AXIAL , FREQÊNCIA: 60 H **MARCA:** VITALEX **MODELO/VERSÃO:** VITALEX	UNIDADE	4,00	1.141,00	4.564,00
				Valor total da proposta	21.781,00

O valor total dessa proposta é de R$21.781,00 (vinte e um mil e setecentos e oitenta e um reais).

Dados Comerciais:

Banco: 033- SANTANDER
Conta: 1584
Agencia: 13003866-3

Validade da proposta: 90 dias
Prazo de entrega: 30 dias
Prazo para pagamento: 30 dias
Prazo de garantia: 30 dias

Observações:

a) a proposta apresentada para participar dessa presente licitação foi elaborada de maneira independente, e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou pessoa. b)estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com fretes, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis para execução do objeto da presente licitação.

b) Declaramos
estar em pleno acordo com tudo que se acha estabelecido no edital desta licitação, inclusive sujeito a legislação federal, estadual e municipal e que respondemos por todos os prejuízos, perdas e danos que venham a ocorrer referente ao transporte e entrega dos

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.
E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:
1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços em anexo;
2 - Que o prazo de validade da presente proposta, é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura do certame;
3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos;
4 - Que o prazo de entrega é o constante no anexo I do Edital de Abertura do Certame.
5 - Que o custo do objeto não ultrapassa o valor da proposta ou existem custos de oportunidade capazes de justificar o valor da oferta;
6 - A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o objeto, e conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Edital, o número do item e a quantidade do equipamento entregue, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação da Nota Fiscal para pagamento;
Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

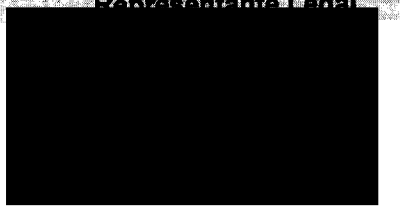
Fortaleza-CE, 27 de Março de 2024

Gerado por: effecti.com.br

NOVA MESA UTILIDADES LTDA
Rua: JOSÉ PEREIRA, 220, SALA E, PAUPINA, FORTALEZA - CE **CEP:** 60.874-380
Telefone: (85) 3182-9802 (TELEFONE/WHATSAPP)
CNPJ: 53.385.500/0001-55 **IE:** 07.172218-1 **IM:** 880132-0
Email: contratos@novamesa.com.br **Site:** https://www.novamesa.com.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 276
SALC

Representante Legal



Frederico Fagundes

RG: [redacted] CPF: [redacted]

Gerado por: effecti.com.br

METALURGICA ORION

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 277
SALC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **METALURGICA ORION INOX INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 11.470.974/0001-55**, com sede na Rua Anhangá, n.311, Parque Potira, Caucaia-CE, atesta para os devidos fins de direito que a empresa **NOVA MESA UTILIDADES LTDA, CNPJ 53.385.500/0001-55**, estabelecida na Rua José Pereira, n.220, Paupina, Fortaleza-CE, *forneceu a está empresa, referente a nota fiscal n.000152, equipamentos de copa e cozinha*. Declaramos ainda, que a empresa cumpriu com todas as obrigações acordadas, atendendo integralmente as especificações, quantidades, qualidade, prazo de entrega e demais obrigações compactuadas.

Caucaia, 09 de fevereiro de 2024.

[redacted]

Marina Costa Lima Rodrigues da Cunha
CPF: [redacted]

11.470.974/0001-55
METALÚRGICA ORION INOX IND. E COM. LTDA
Rua Anhangá, 311 - Parque Potira
CEP 61.650-520 - CGF 07.151.419-8
CAUCAIA CE

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS - FL: 270 - SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**53.385.500/0001-55**
Razão Social:	**NOVA MESA UTILIDADES LTDA**
Nome Fantasia:	**NOVA MESA UTILIDADES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **30/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**29/07/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**08/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**30/07/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/03/2024** (*)
Receita Municipal	Validade:	**08/04/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 279
SALC

Certidão Negativa de Débitos Estaduais

202401425025

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 071722181
CNPJ / CPF: [redacted]
RAZÃO SOCIAL: NOVA MESA UTILIDADES LTDA - EPP

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 26/01/2024 ÀS 14:54:23
VÁLIDA ATÉ 26/03/2024

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 280
SALC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NOVA MESA UTILIDADES LTDA
CNPJ: 53.385.500/0001-55

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:37:01 do dia 31/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/07/2024.
Código de controle da certidão: **5A13.2D5C.6BBA.0E7E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 284
SALC

Origem Comércio e Soluções Integradas
CNPJ: 48.340.933/0001-54

A
UASG 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC
Pregão Eletrônico N° 90005/2024

Senhor(a) Pregoeiro(a),

Seguindo os ditames do certame apresento a V.Sa. a nossa proposta de preços para o(s) Item(ens) do Pregão Eletrônico **N° 90005/2024**, conforme a seguir relacionados.

25	Filtro De Agua Marca: Fusati Modelo Atlântico 1500l/h Original	2	R$6.250,00	**R$12.500,00**

Declaramos ainda que:

1. Valor da proposta para o item: **R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais)**.
2. Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.
3. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
4. Declaramos, ainda, que os preços de nossa proposta estão de acordo com os preços praticados no mercado, e que estão incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no cumprimento do contrato.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 282
SALC

Origem Comércio e Soluções Integradas
CNPJ: 48.340.933/0001-54

Dados da empresa:
Empresa/Razão Social: 48.340.933 Kellyn Vieira
Nome Fantasia: Origem Comércio e Soluções Integradas
CNPJ: 48.340.933/0001-54
Endereço: Servidão Revoar das Garças, 110
Bairro: Ribeirão da Ilha
Cidade: Florianópolis/SC
CEP: 88064-750
Telefone: 48 99969.0935
Celular: 48 99969.0935
Banco: 0260 / Agência: 0001 / Conta-Corrente: 26256785-7
E-mail: origem.admsc@gmail.com

Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:
Nome completo: Kellyn Vieira
Endereço: Avenida Prefeito Waldemar Vieira, 921 – Bloco A/ Apto 201.
Bairro: Saco dos Limões
CEP: 88045-500
Cidade: Florianópolis/SC
CPF: [redacted]
RG: [redacted]
Cargo: Administradora
Naturalidade: Florianópolis/SC
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira

Finalizando, declaro que estou de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico.

Florianópolis/SC, 02 de abril de 2024.

48 340 933 KELLYN VIEIRA:48340933000154

Assinado de forma digital por 48 340 933 KELLYN VIEIRA:48340933000154
Dados: 2024.04.02 13:07:13 -03'00'

Kellyn Vieira
Administradora
RG [redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 283
SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**48.340.933/0001-54**
Razão Social:	**KELLYN VIEIRA**
Nome Fantasia:	**ORIGEM COMERCIO E SOLUCOES INTEGRADAS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **08/10/2024**
Natureza Jurídica:	**EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**17/08/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**28/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**28/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**06/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**05/04/2024**

Emitido em: 02/04/2024 13:29
CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO
Ass: _____

FILTRO CENTRAL DE ÁGUA RESIDENCIAL

Para tornar seu filtro ainda mais eficaz é indispensável realizar semanalmente o procedimento abaixo. Porém, esta frequência pode ser maior devido à variação de qualidade da água que abastece o filtro ou a quantidade de consumo.

CMD FRANCHE 4º BIS
284
LC

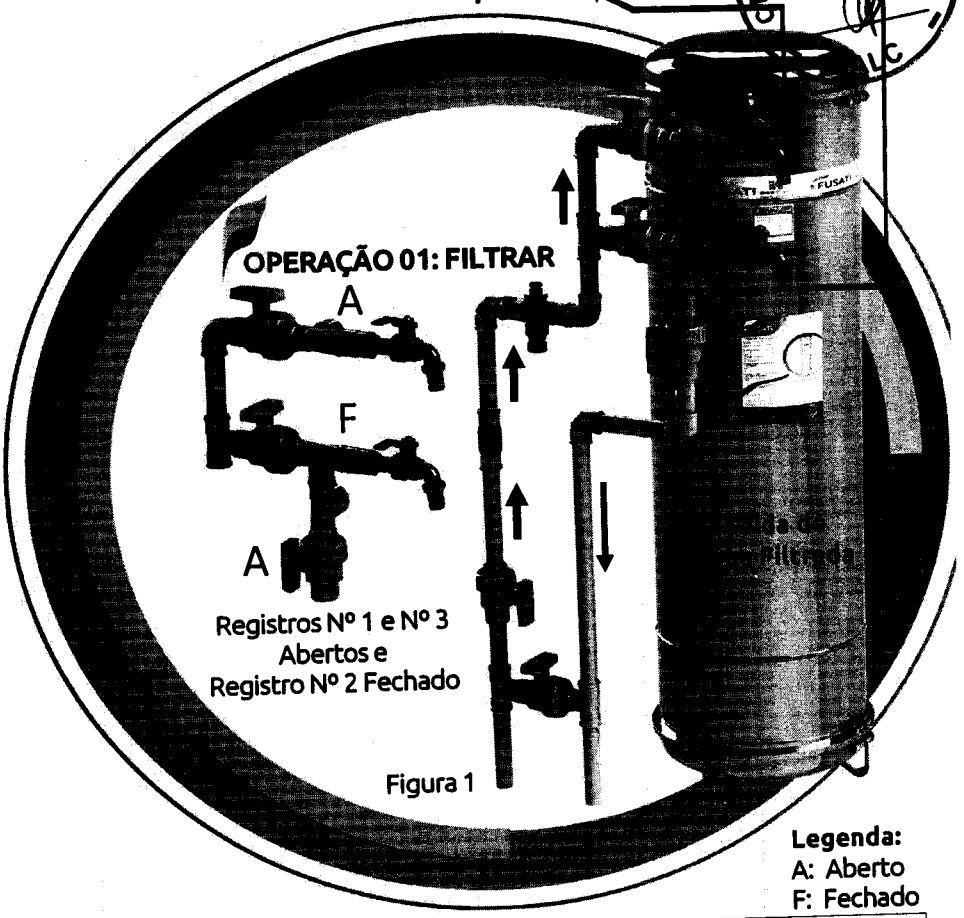
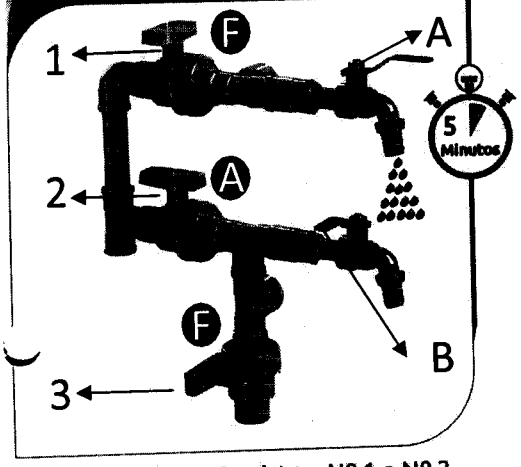


Figura 1

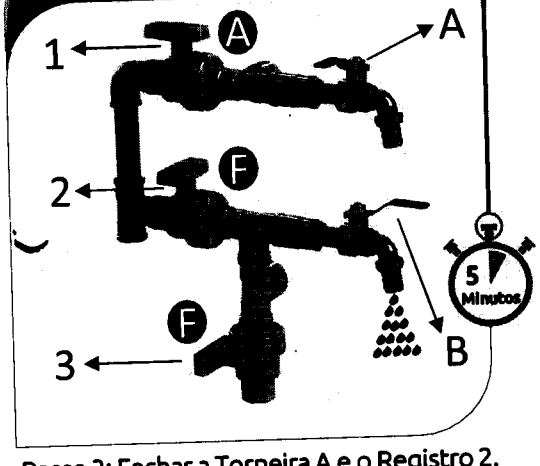
Legenda:
A: Aberto
F: Fechado

OPERAÇÃO 02: RETROLAVAR



Passo1: Feche os Registros Nº 1 e Nº 3
Passo 2: Abra o Registro Nº 2 e a Torneira A, Deixando a água sair até que fique novamente limpa. Quando estiver assim, realizar o Enxágue.

OPERAÇÃO 03: DRENAR/ ENXAGUAR



Passo 3: Fechar a Torneira A e o Registro 2.
Passo 4: Abra o Registro Nº 1 e a Torneira B. Deixando a água sair por mais de 5 minutos. Após esse procedimento volte para a posição de Filtração (Figura 1) (Torneira A e B Fechadas e Registro Nº 2 Fechado e Registros Nº 1 e Nº 3 abertos)

INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA:

Nunca retire a tampa se o filtro estiver sob pressão.
Para qualquer tipo de manutenção no filtro se faz necessário eliminar toda a pressão, antes de soltar os parafusos da abraçadeira e tirar a tampa do filtro, fechar o registro de entrada e abrir as torneiras de saída de água.
Não instale o equipamento antes de bombas.
Não instale após o reservatório residencial.
Faz-se necessário aferir a pressão antes da instalação do equipamento.
Quando a pressão de operação for superior a 3,0 kgf/cm², recomenda-se a instalação da válvula redutora de pressão, válvula de alívio/segurança e a válvula de retenção, quanto se tem falta de água na rede de abastecimento.
O Filtro de Entrada Fusati é indicado somente para água previamente tratada que atenda o padrão de potabilidade da Portaria de Consolidação nº 5/2017 - Anexo XX do Ministério da Saúde e está de acordo com a Norma da ABNT NBR 16098:2012

CLASSIFICAÇÃO:

> Eficiência na retenção de partículas: Classe III reduz em pelo menos 85% as partículas de 5 a 15 micrômetros.
> Eficiência na retenção de cloro: Não aplicável
> Eficiência bacteriológica: Não aplicável

DESCRIÇÃO TÉCNICA:

- Pressão de teste hidrostático: 5,0 kgf/ cm² ou 500 kPa
- Pressão mínima de operação: 1,0 kgf/ cm² ou 100 kPa
- Pressão máxima de trabalho admissível: 3,0 kgf/cm² ou 300 kPa
- Pressão ideal de operação: 100 a 300 kPa ou 1,0 a 3,0 kgf/cm²
- Perda de carga: 0,3 kgf/ cm² ou 3 m.c.a. ou 29,41 kPa
- Temperatura de operação: 4°C a 38°C

www.fusati.com.br

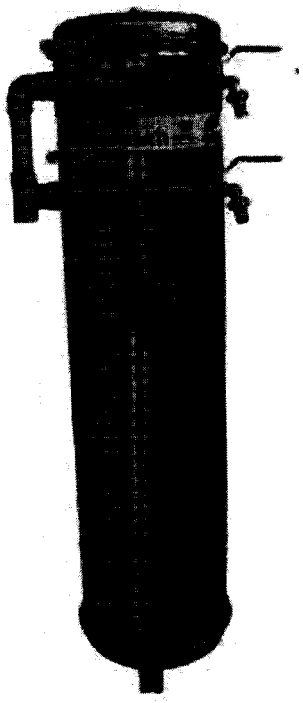
SALC
CMDO FRON ACRE
SIS
285
FL.

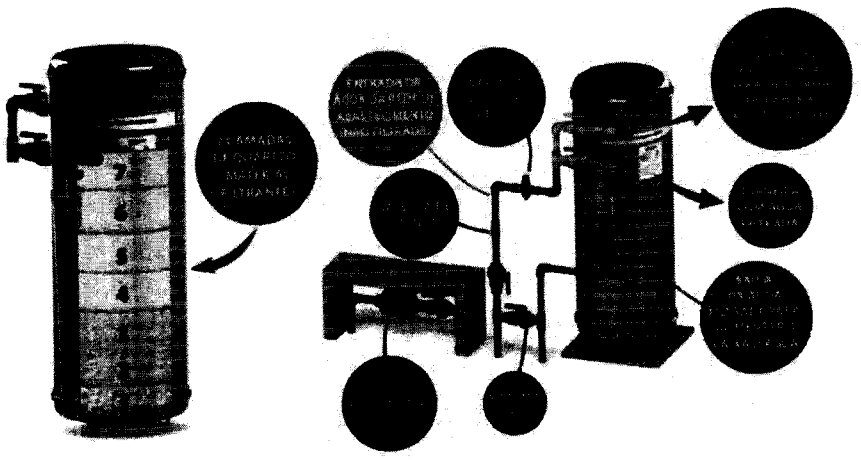
FUSATI

Filtro de Água Modelo: Atlântico

Atende residências com vazão de 1000 a 1500 Litros por Hora

Retrolavagem: Válvula, Alavanca e Automática





FRON ACRE - 4º BIS
FL. 286

Modelo	Filtro Atlântico
Imagem (clique na imagem para zoom)	
Vazão (L/h) Alta Filtragem	1.500
Segmento	Residencial
Eficiência na Retenção de Partículas (mícrons)	5 a 15 µ
Retenção de Cloro	⊘
Retenção de Metais	⊘
Eficiência Bacteriológica	⊘
Tubulações	[] 3/4"
Pressão Mínima (kgf/cm²)	1,0 kgf/cm²
Pressão Máxima (kgf/cm²)	3,0 kgf/cm²
Material Aço Inoxidável	[] 304 [] 316 Maresia
Acabamento Design	Polido Espelhado
Retrolavável	☑
Automático com Cabeçote	Opcional
Estágios de Filtragem	7 Estágios
Manutenção	Anual
Peso Total	63 kg
Dimensões (Altura x Largura x Comprimento)	1120 x 315 x 315 mm

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 287
SALC



ORRITH LTDA

CNPJ 53.628.278/0001-74 – INSC. ESTADUAL: 084213418
AV. FORTALEZA, 812 – LJ 4 – ITAPUA – VILA VELHA/ES - CEP 29.101-573
vendas@orrith.com.br – (27) 99784-3420

PROPOSTA COMERCIAL

À
160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC
Ref: Pregão Eletrônico 005/2024

Prezados Senhores,

A Empresa Orrith Ltdma, CNPJ 53.628.278/0001-74, sediada na Av, Fortaleza, 812 – Lj 4 – Itapua – Vila Velha/ES, CEP 29.101-573. Apresenta abaixo os preços solicitados:

Item	Descrição	Qt	Valor Unitário	Valor Total
1	COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MINIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTES ITENS: DUTO COM 300MM DE DIÂMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIÂMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIÂMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO. – MARCA NAHAL METAL SOLUTIONS.	2	10.461,90	20.923,80
Valor Global- Vinte mil novecentos e vinte e três reais e oitenta centavos.				20.923,80

Validade da Proposta: 90 dias
Prazo de Entrega: 30 dias
Forma de Pagamento: Depósito em conta
Dados Bancários: BANCO 756 SICOOB – AG 3008 – CC 223.630-3

Atenciosamente,

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764

Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Dados: 2024.03.27 11:58:19 -03'00'

Elaine Cristina
Diretora
elaine.cristina@orrith.com.br
(27) 99929-3839

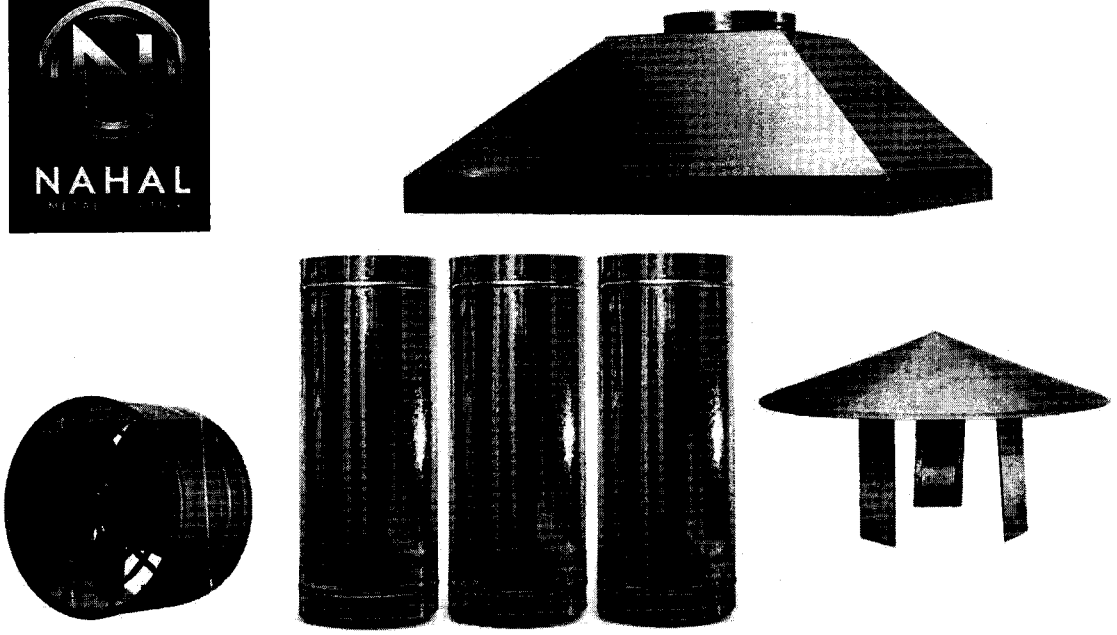
CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 188
SALC

ORRITH LTDA

CNPJ 53.628.278/0001-74 – INSC. ESTADUAL: 084213418
AV. FORTALEZA, 812 – LJ 4 – ITAPUA – VILA VELHA/ES - CEP 29.101-573
vendas@orrith.com.br – (27) 99784-3420

CATÁLOGO:

COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX – NAJAL METAL SOLUTIONS – NMS = C300



KIT COMPOSTO POR:

1UN – COIFA 2,80X1,15M

15M - DUTO 300MM

02UN – CURVA 300MM

01UN - EXAUSTOR BLINDADO 300MM - 2100M3/H E 1740RPM

01UN - CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM

01UN – KIT DE INSTAÇÃO

MAGNATA

TUDO EM EQUIPAMENTOS

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 289
SAI C

ATESTADO DE APTIDÃO TÉCNICA

16/02/2024

A COMERCIAL MAGNATA LTDA, inscrita no CNPJ 29.652.891/0001-42, vem através deste atestar que a empresa ORRITH LTDA, inscrita no CNPJ 53.628.278/0001-74, forneceu com excelência os equipamentos descriminados abaixo, cumprindo com o prazo e não ocorrendo nada que a desabone.

NOTA FISCAL: 001

12und - Ventilador mondial ultra 30cm 6 pas

NOTA FISCAL: 004
03und - Impressora Multifuncional HP DeskJet Ink Advantage 2774
03und - Motobomba Auto Aspirante 1,5cv 1 pol. Claw Home WMA150H
12und - PALETE PBR 1200X1000 PLAST
12und - LIXEIRA SANREMO DE PIA
03und - CARRINHO DE CARGA 200KG VONDER
03und - BALANCA ELETRONICA 5KG
03und - ESCADA STAR ALUMINIO 6 DEGRAUS
03und - Parafusadeira e Furadeira 12V WAP BPF 12K2
03und - Macaco hidraulico garrafa 8 t - Vonder
03und - Talha manual, 5,0 toneladas (5,0 tf), elevacao 3,0 metros, VONDER
03und - Cilindro de Aluminio 1Litro Portatil
04und - FRAGMENTADORA DE PAPEL AURORA COM CESTO AS1500CD
03und - COMPRESSOR DE AR JET TEK CD1.2 TEKNA AIR 220V

Atenciosamente.

NATANAEL SILVA DE BRITO:64164462272

Assinado de forma digital por NATANAEL SILVA DE BRITO:64164462272
Dados: 2024.02.16 09:16:38 -03'00'

COMERCIAL MAGNATA LTDA CNPJ. 29.652.891/0001-42, Inscrição Estadual: 125.547.644.117, Inscrição Municipal: 446.486. R GALGOS, 371 – JARDIM SATELITE – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - CEP. 12.230-560 -SP.
e-mail: ferramentasmagnata.gmail.com

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS FL: 290 SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**53.628.278/0001-74**		
Razão Social:	**ORRITH LTDA**		
Nome Fantasia:	**ORRITH**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**23/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**14/08/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**15/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**23/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**16/05/2024**
Receita Municipal	Validade:	**27/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP
Rua: R DO ORATORIO 2679 CEP: 03.195-100 ,ALTO DA MOOCA SÃO PAULO , SP
Telefone: (11) 985200021 / (11) 95077-5227
CNPJ: 49.495.719/0001-30 **IE:** 138.592.485.111 **IM:** C.C.M: 7.590.394-6
Email: riempreendimento.licitacoes@gmail.com

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 291
SALC

Ao Órgão 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC. Pregão Eletrônico N° 900052024. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd	R$ Unitário	Valor Total
11	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL MATERIAL COPO: AÇO INOXIDÁVEL , MATERIAL BASE: AÇO INOX , CAPACIDADE: 25 L, POTÊNCIA MOTOR: 1,5 CV, TENSÃO NOMINAL: 220 **MARCA:** VITALEX **MODELO/VERSÃO:** LQI-25	UNIDADE	6,00	2.600,00	15.600,00
14	LAVADORA ALTA PRESSÃO - LAVADORA ALTA PRESSÃO PRESSÃO: 1800 PSI, VAZÃO: 300 L/H, TENSÃO: 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RODAS, GATILHO AUTO-DESLIGÁVEL, MISTURADOR, PISTO- , TIPO: LAVA-JATO , MODELO: MONOFÁSICO **MARCA:** LAVOR **MODELO/VERSÃO:** FAST EXTRA 135	UNIDADE	2,00	2.000,00	4.000,00
				Valor total da proposta:	19.600,00

O valor total dessa proposta é de R$19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

Dados Comerciais:

Banco: 001 - Banco do Brasil
Conta: 11561-4
Agencia:7025-4

Validade da proposta: 90 dias
Prazo de entrega: 30 dias
Prazo de garantia: 12 meses

Declaramos total entendimento do edital e seus anexos.

Observações:

ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

A proponente declara, sob as penas da lei, que dispõe da totalidade dos bens necessários ao fiel cumprimento do objeto da licitação.
Declaramos, que atendemos plenamente os requisitos exigidos para habilitação de que trata a presente licitação
Declaramos que:
a) estamos enquadrados na situação de empresa de pequeno porte;
b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no ano-calendário, não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;
c) não nos enquadramos em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no 4º do art. 3º da mesma lei.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

São Paulo, 27 de Março de 2024

Gerado por: effecti.com.br

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP
Rua: R DO ORATORIO 2679 CEP: 03.195-100 ,ALTO DA MOOCA SÂO PAULO , SP
Telefone: (11) 985200021 / (11) 95077-5227
CNPJ: 49.495.719/0001-30 **IE:** 138.592.485.111 **IM:** C.C.M: 7.590.394-6
Email: riempreendimento.licitacoes@gmail.com

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 292
SALC

Representante Legal

[redacted]

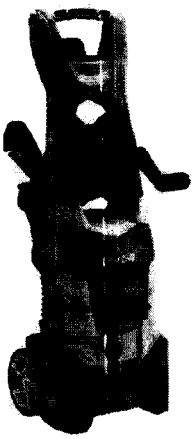
Guilherme Rodriguez Lopez Costa

RG:[redacted] **CPF:**[redacted]

Gerado por: effecti.com.br

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 293
SALC

FAST EXTRA 135



Uso residencial

Pistões em Inox;
Bomba axial em alumínio;
Sistema ByPass - Stop Total;
Suporte para acessórios integrado;
Acessórios com engate rápido;
Alça ergonômica;
Bico turbo;
Enrolador de mangueira.

FAST EXTRA135	127V	220V
Código SKU	8.109.0031C	8.109.0034C
Potência máxima (W - hp)	1800 - 2,41	1800 - 2,41
Vazão máxima (L/h)	390	390
Peso (Kg)	8	8
Medida sem embalagem (CxLxA) (cm)	33x28x44	33x28x44

ACESSÓRIOS INCLUSOS

4.018.0098 5m
6.001.0106
6.002.0340
6.002.0636
6.002.0346
6.002.0259



Vitalex



MODELO	LQI25/127 – LQI25/220
TENSÃO (MONOVOLT)	127v ou 220v
POTÊNCIA ELÉTRICA	1400W
FREQUÊNCIA	50Hz / 60Hz
POTÊNCIA MOTOR	1.5 CV (HP)
ROTAÇÃO	3500 rpm
CAVALETE	Aço Carbono
COPO	Aço Inox 304 Escovado – Monobloco
CAPACIDADE	25 Lts

CMDO FRON ACRE - 4° BIS
SAI C
FL. 294

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 295
SALC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nos termos do inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93, ATESTO que a empresa RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ:49.495.719/0001-30 sediada na R: DO ORATÓRIO 2679 CEP: 03.195-100 ALTO DA MOOCA São Paulo SP , nos forneceu conforme nf número: 000265 nota do empenho 2023NE1412 de forma satisfatória os itens relacionados abaixo:

- 2 unidades - VENTILADOR VENTISOL 60CM COLUNA NEW PR

Atestamos ainda, que tais fornecimentos foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para os materiais e no prazo pactuado, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigaçõee assumidas.

São Paulo, 12 de dezembro de 2023.

[redacted]

BASE DE ADMINISTRACAO E APOIO DO IBIRAPUERA

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 296
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML – 1ª DE – AD/1
21º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA
(C Art do RJ/1736)
GRUPO MONTE BASTIONE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **21º Grupo De Artilharia De Campanha**, inscrito no CNPJ sob o nº **09.566.807/0001-60**, estabelecido no endereço ALAMEDA MARECHAL PESSOA LEAL, nº 265, bairro: JURUJUBA, NITERÓI/RJ, CEP 24370-255, Tel (21) 3611-4200 RAMAL 2021, atesta para fim de **comprovação a qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado,** que a empresa **RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP**, CNPJ sob o nº **49.486.719/0001-30**, situada na: RUA DO ORATÓRIO 2679 - ALTO DA MOOCA CEP: 03.195-100 - São Paulo, entregou/realizou neste Órgão os materiais/serviços a seguir especificados:

Uasg: 160272

2023NE000185	**PLASTIFICADORA AURORA LM4205H A4**	**01 uni**
2023NE000185	**GUILHOTINA EXCENTRIX KA36 30CM**	**01 uni**

1. Os materiais/serviços mencionados atenderam a todas as condições previstas na contratação, não havendo registro de qualquer fato ou ato que a desabone até a presente data.

Niterói/RJ , 11 de outubro de 2023

[redacted]

FLÁVIO HENRIQUE PINHEIRO DA COSTA – TC
Ordenador de Despesas do 21º GAC.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 297
SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**49.495.719/0001-30**
Razão Social:	**RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA**
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/02/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	**27/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**17/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**27/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/07/2024**
Receita Municipal	Validade:	**15/07/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2024**

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 298
SALC

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP 49.495.719.0001-30

tel :11-985200021

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA, sediada a R DO ORATORIO 2679 03.195-100 ALTO DA MOOCA, por intermédio de seu representante legal Sr Guilherme Rodriguez lopez Costa CPF: [redacted], portador da Carteira de Identidade RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP do CPF no [redacted]

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9° da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

- Declaramos, para fins de direito, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

- Declaramos plenamente cumprir os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4.º, inciso VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002, o que pode ser comprovado, caso a empresa seja a detentora da melhor proposta neste certame.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 299
SALC

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP 49.495.719.0001-30

tel :11-985200021

Telefones: (11)98520 00 21-

[redacted]

Guilherme Rodriguez Lopez Costa
RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP
CPF: [redacted]
Sócio – Proprietario

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 300
SALC

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP 49.495.719.0001-30

tel :11-985200021

Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do (s) Administrador (s): CPF (s):

DADOS DA EMPRESA:RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP
[redacted]
IE: 138.592.485.111
R DO ORATORIO 2679 03.195-100 ALTO DA MOOCA (11) 985200021

Nome:Guilherme Rodriguez Lopez Costa
RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP
CPF:[redacted]

Endereço:R DO ORATORIO 2679

CEP:03.195-100

Telefone:11985200021

e-mail:riempreendimento.licitacoes@gmail.com

CNPJ: 49.495.719.0001-30

Guilherme Rodriguez lopez Costa

Telefones: (11)98520 00 21

[redacted]

Guilherme Rodriguez lopez Costa
RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP
CPF[redacted]
Sócio – Proprietario

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 304
SALC

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP 49.495.719.0001-30

tel :11-985200021

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA, sediada a R DO ORATORIO 2679 03.195-100 ALTO DA MOOCA, por intermédio de seu representante legal Sr Guilherme Rodriguez lopez Costa CPF [redacted] , portador da Carteira de Identidade RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP do CPF no [redacted]

(x) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) DECLARAMOS que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada

6) DECLARAMOS que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

8) Declaramos que em a seus sócios,dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato não são servidores , nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público , que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação.

9) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 302
SALC

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA EPP 49.495.719.0001-30

tel :11-985200021

Guilherme Rodriguez lopez Costa
RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP
CPF:[redacted]
Sócio – Proprietario

administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

a. E-mail:riempreendimento.licitacoes@gmail.com
b. Telefone: (11)985200021

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Nomeamos e constituímos o senhor (a)Guilherme Rodriguez lopez Costa
RG: 43625332-x Órgão Emissor: SSP/SP, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico/cotação eletronica e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

13) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Telefones: (11)98520 00 21

[redacted]

Guilherme Rodriguez lopez Costa
RG: [redacted] Órgão Emissor: SSP/SP
CPF:[redacted]
Sócio – Proprietario

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 303
SALC

TCP ELETROS

TCP ELETROS LTDA.
CNPJ: 49.998.224/0001-23
Inscrição Estadual: 01.085.382/001-21
Rua Coronel José Galdino, nº 335 – 2º andar/Sala B – Bairro Bosque – Rio Branco – Acre.
CEP: 69.900-640 - Telefone: (68) 9 9984-2109 – 9 9923-1990
Email: tcpeletros@gmail.com

AO

COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (CMDO FRON ACRE/4º BIS)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2024.

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	AR CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FASE MONOFÁSICA (1F), FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.	UNID	4	PHILCO/ PAC9000IFM15	R$ 2.198,00	R$ 8.792,00
4	AR-CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.	UNID	2	PHILCO/ PAC18000IQFM12W	R$ 3.698,00	R$ 7.396,00

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 304
SALC

15	BEBEDOURO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC, 4 TORNEIRAS, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, 2 TORNEIRAS DO TIPO "TORNEIRA" E 2 TORNEIRAS TIPO "ESGUICHO" NAS EXTREMIDADES, ACOMPANHADO DE FILTRO, COMPRESSOR, GÁS R134A (ECOLÓGICO), CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, TENSÃO 220V, GARANTIA DE 12 MESES. ACOMPANHADO DE KIT INSTALAÇÃO, KIT MANGUEIRA PARA UTILIZAÇÃO EXTERNA DA TORNEIRA.	UNID	2	KNOX/ KX20	R$	3.075,00	R$	6.150,00
17	ARMADILHA LUMINOSA SLIM-115 PEGA MOSCAS MOSQUITOS INSETOS. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO DIMENSÕES: 66X6,0X27,8 CM PESO: 2,3 KG COR: BRANCO POTÊNCIA: LÂMPADAS LED ULTRAVIOLETA DE 8 WATTS QUE EQUIVALEM A UMA DE 40 WATTS COMUM. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 50M TENSÃO: 220V. (POSSUI GRADE DE PROTEÇÃO NOS 2 LADOS, FRONTAL E POSTERIOR).	UNID	8	LUMINNUS/ SLIM-115	R$	495,00	R$	3.960,00
23	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE EM AÇO INOX COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM REBAIXO ESTAMPADOS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO TAMANHO: COMPRIMENTO MÍNIMO 850 MM (85 CM) LARGURA MÍNIMA DE 450 MM (45 CM) ALTURA MÍNIMA 900 MM (90 CM	UNID	2	RICHÔA/3 PLATELEIRAS	R$	1.280,00	R$	2.560,00
24	IMPRESSORA TERMICA: IMPRESSORA DE ETIQUETA PARA CRIAR RÓTULOS DE PAPEL PARA PACOTES, ENVELOPES, PASTAS DE ARQUIVO, CRACHÁS, ENTRE OUTROS. ESSA IMPRESSORA TÉRMICA REALIZA IMPRESSÕES COM ALTA VELOCIDADE DE ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇO POR MINUTO COM TEXTO PRETO A 300 DPI, ALÉM DISSO, REALIZA IMPRESSÕES DE ETIQUETAS PRÉ-DIMENSIONADAS, FÁCEIS DE DESTACAR, ALÉM DE FITAS EM PAPEL E EM FILME DE COMPRIMENTO CONTÍNUO DA LINHA DE FITAS DK.		2	BROTHER/ QL800	R$	1.000,00	R$	2.000,00

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 305
SALC

25	FILTRO CENTRAL DE ÁGUA POTÁVEL, ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM VÁLVULA AUTOMÁTICA PROGRAMÁVEL PARA RETRO LAVAGEM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000L/H, FILTRAGEM REALIZADA POR UM PROCESSO NATURAL, SEM UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, GASEIFICAÇÃO OU REAGENTES QUÍMICOS. SIMILAR OU SUPERIOR O FILTRO CENTRAL DE ÁGUA FUSATI ATLÂNTICO 1500L/H COMPLETO.	UNID	2	NOSTRAACQUA/NEOLIYTA 1.000 L/h	R$	5.598,00	R$	11.196,00
VALOR TOTAL (VINTE CINCO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS).							**R$**	**25.866,00**

PRAZO DE ENTREGA: 30 (Trinta) dias.

VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme Edital.

GARANTIA DOS PRODUTOS: 12 (DOZE) MESES.

DADOS BANCARIOS:

Banco do Brasil.
Agência: 3022-8
C/C 68.389-2

RIO BRANCO - AC, 27 de Março De 2024.

TCP ELETROS LTDA:49998224000123

Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123
Dados: 2024.03.27 16:42:21 -03'00'

TCP ELETROS LTDA.

CNPJ: 49.998.224/0001-23

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 306
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**49.998.224/0001-23**
Razão Social:	**TCP ELETROS LTDA**
Nome Fantasia:	**INNOVA TECH**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/04/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**03/06/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**15/04/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/04/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**20/01/2024** (*)
Receita Municipal	Validade:	**09/02/2024** (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2024**

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 307
SALC

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
UBIQUE PATRIA MEMOR
ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N° 9035/2024

CNPJ: 49.998.224/0001-23

Nome: TCP ELETROS LTDA

Endereço: CORONEL JOSE GALDINO, 335

Bairro: BOSQUE

Cidade: RIO BRANCO UF: AC

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e a inscrições em Dívida Ativa junto a Divisão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município (PROJURI).

Esta certidão se refere à situação da pessoa jurídica identificada como sujeito passivo no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco, amparada legalmente pela Lei Complementar 1.508/2003, Art. 303.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no Portal do Cidadão, no endereço http://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/autenticidade-de-documentos/.

Emitida em 15/02/2024 16:15:12 horário do Acre.

Válida até 15/04/2024.

Código de autenticidade da certidão: **FAEE.05A2.ED7C.66F3.CBD0.9EC5.F04A.764E.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação:

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 308
SALC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TCP ELETROS LTDA
CNPJ: 49.998.224/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:30:53 do dia 06/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/06/2024.
Código de controle da certidão: **1C6A.927E.BF8D.A4E7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** **Diretoria de Administração Tributária**	**Data Emissão:** 31/01/2024 **Hora Emissão:** 15:03

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO

Número: 812638

Certifico que nesta data consta para o contribuinte infra qualificado a existência de crédito tributário vencido, com exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional.

(Arts. 123 a 126 da LC 413/2022)

** Excetuados os créditos inscritos em Dívida Ativa*

Nome/Razão Social:
TCP ELETROS LTDA

Inscrição Estadual:
01.085.382/001-21

Identidade:

CNPJ:
09.998.224/0001-23

CPF:

Endereço:
CORONEL JOSE GALDINO
BAIRRO: BOSQUE
CEP: 69900640

Município:
RIO BRANCO

Data da Impressão:
Quarta-feira, 31 de Janeiro de 2024 , 15:03

Finalidade:
DESTINA-SE A TODOS OS FINS.

Outras Informações:

Data de Validade:
30/03/2024

Código de Autenticidade:
a3a1adba618588fb

Verificar autenticidade desta CND no seguinte endereço: www.sefaz.ac.gov.br

Emitido pelo Portal Sefaz Online

CNJ TRON ACRE - 4º BIS
FL: 201
SAJC

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 310
SALC

Estado do Acre
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes (SEE)
Escola Estadual Dr. Valério Caldas de Magalhães
Rua Boulevard Thaumaturgo nº 267 – Centro CEP 69.980-000 Cruzeiro do Sul – Acre

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ESCOLA DR. VALÉRIO CALDAS DE MAGALHÃES, atesta para os devidos fins, que a empresa TCP ELETROS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 49.998.224/0001-23, situada na Rua Coronel José Galdino, 335, Bairro Bosque em Rio Branco –Acre, forneceu Ar condicionado, liquidificador industrial e papel A4 em plena condições de uso e de boa qualidade de acordo com as notas fiscais de nº 005, 006 e 007, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, referente a carta convite nº 02/2023, Atestamos que os fornecimentos dos itens foram executados satisfatoriamente, não existindo até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidades com as obrigações assumidas.

Cruzeiro do Sul, Acre, 10 de julho de 2023

[redacted]

Esc. Dr. Valério Caldas de Magalhães

Representante Legal

TCP ELETROS

TCP ELETROS LTDA.
CNPJ: 49.998.224/0001-23
Inscrição Estadual: 01.085.382/001-21
Rua Coronel José Galdino, nº 335 – 2º andar/Sala B – Bairro Bosque – Rio Branco – Acre.
CEP: 69.900-640 - Telefone: (68) 9 9984-2109 – 9 9923-1990
Email: tcpeletros@gmail.com

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 311
SALC

AO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (CMDO FRON ACRE/4º BIS)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2024.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa **TCP ELETROS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **49.998.224/0001-23** , e sede à Rua Coronel Jose Galdino, nº 335, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial em epígrafe, **DECLARA:**

Sob as penas do art. 299 do Código Penal sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

(x) Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R$ 360.000,00.

( ) Empresa de Pequeno Porte - EPP - receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00.

( ) Outros.

Rio Branco – Acre, 27 de Março de 2024.

TCP ELETROS LTDA:49998224000123
Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123
Dados: 2024.03.27 11:54:39 -03'00'

TCP ELETROS LTDA

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 312
SALC

AO
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4ºBIS - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - SRP

Prezados Senhores,

A empresa TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, com sede a Av. D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185, CNPJ Nº 49.614.600/0001-39, vem apresentar proposta referente à licitação supra.

Item	Descrição	Quant	Unitário	Total
01	Cadeira escritório/refeitório ISO empilhável com estrutura em aço: assento e encosto em polipropileno. Acabamento: filtro UV cor: preta. Capacidade mínima para suportar 120 kg. Dimensões: altura total: mínimo 81 cm e máximo 85 cm; altura do assento: mínimo 46 cm máximo 50; largura do assento: mínimo 46 cm máximo 50; profundidade do assento: mínimo 40 cm máximo 45; altura do encosto: mínimo 31 cm e máximo 35 cm; largura do encosto: mínimo 45,5 cm e máximo 50 cm. **Marca/Fabricante MRPlast - ISO**	180	R$ 99,00	R$ 17.820,00
				TOTAL R$ 17.820,00

VALOR DA PROPOSTA POR EXTENSO R$ 17.820,00 (Dezessete mil, oitocentos e vinte reais)

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades específicas no termo de Referência.

Os valores unitário e total da proposta, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, Inciso IV, da Lei nº8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R$).Nos preços acima propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, taxa de administração, previsão de lucro, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral dos objetos da contratação.

Os móveis ofertados não apresentam vícios provenientes de projeto, material ou mão-de-obra utilizados ou decorrentes de ato ou omissão da Licitante, que possam surgir pelo uso normal do material, nas condições existentes no Brasil. **O material será executado de acordo com o Anexo - Termo de Referência e demais normas do edital;**

Declaramos que a qualidade dos móveis está em conformidade com o art. 69 c/c art. 73, II, b da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e também deverá substituí-los, sem ônus para este órgão, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidades exigidos; pelo prazo de garantia com validade de **12 (doze) meses**, do recebimento definitivo.

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de **90 (Noventa) dias**, contados da data do julgamento das propostas.

Prazo de entrega: 30 (Trinta) dias a partir da data de recebimento do empenho.
Locais de Entrega: RIO BRANCO - AC.

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 313
SALC

PARA ASSINATURA DE ATAS E CONTRATOS SEGUEM OS DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA – EPP
CNPJ Nº 49.614.600/0001-39
Av D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185,
Contato: 62) 3231-4204 E-mail:
DADOS BANCARIOS: Banco SICOOB Coop. 5004 Conta/Corrente 1099032-1

Dados do **REPRESENTANTE** da empresa para assinatura do contrato:
Nome: JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF. [redacted] RG. [redacted] DGPC/PA EM 22/05/2014
Naturalidade: Santa Maria do Pará – PA Nacionalidade: BRASILEIRA

Goiânia (GO), 26 de Março de 2024.

[redacted]

TERRA DO ESCRITORIO COM MOVEIS LTDA EPP
CNPJ 49.614.600/0001-39
JÚLIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF. [redacted] RG. [redacted] DGPC/PA

49.614.600/0001-39
Terra do Escritorio Comercio de Moveis Ltda
Av. D. Lourdes E. Teixeira, nº 5266, Qd. 561, Lt. 11
Setor São José CEP 74.440-185
GOIÂNIA - GO

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 314
SALC

AO
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4ºBIS - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - SRP

DECLARAÇÃO

A empresa TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, com sede a Av D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185, CNPJ Nº 49.614.600/0001-39, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do **Pregão Eletrônico nº 90005/2024**, DECLARA expressamente que:

- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

- Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do inciso IV, do item 7.1 da IN/MARE nº 05/95 e

- Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999 e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

- Não emprega trabalho **forçado** ou **análogo** ou escravo, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da CF/88.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração,

Goiânia (GO), 26 de Março de 2024.

[redacted]

TERRA DO ESCRITORIO COM MOVEIS LTDA EPP
CNPJ 49.614.600/0001-39
JÚLIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF. [redacted] RG. [redacted] - DGPC/PA

49.614.600/0001-39
Terra do Escritorio Comercio de Moveis Ltda
Av. D. Lourdes E. Teixeira, nº 5266, Qd. 561, Lt. 11
Setor São José CEP 74.440-185
GOIÂNIA - GO

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 315
SALC

AO
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4ºBIS - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - SRP

DECLARAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A empresa TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, com sede a Av. D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185, CNPJ Nº 49.614.600/0001-39, DECLARA por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins deste **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9 0 0 0 5 /2024**, que dará GARANTIA aos serviços de montagem e do mobiliário fornecido, sem qualquer ônus adicional no período de **12 (doze) meses,** para Assistência Técnica contra defeitos de fabricação com a substituição de peças **IN LOCO.**

Goiânia (GO), 26 de Março de 2024.

[redacted] 49.614.600/0001-39

TERRA DO ESCRITORIO COM MOVEIS LTDA EPP
CNPJ 49.614.600/0001-39
JÚLIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF. 036.490.002-45 RG. 7.930.356- DGPC/PA

Terra do Escritorio Comercio de Moveis Ltda
Av. D. Lourdes E. Teixeira, nº 5266, Qd. 561, Lt. 11
Setor São José CEP 74.440-185
GOIÂNIA - GO

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 316
SALC

AO
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4ºBIS - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - SRP

DECLARAÇÃO

A empresa TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, com sede a Av D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185, **CNPJ Nº 49.614.600/0001-39**, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Goiânia (GO), 26 de Março de 2024.

[redacted]

TERRA DO ESCRITORIO COM MOVEIS LTDA EPP
CNPJ 49.614.600/0001-39
JÚLIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF. [redacted] RG. [redacted] DGPC/PA

49.614.600/0001-39
Terra do Escritorio Comercio de Moveis Ltda
Av. D. Lourdes E. Teixeira, nº 5266, Qd. 561, Lt. 11
Setor São José CEP 74.440-185
GOIÂNIA - GO

TERRA DO ESCRITÓRIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 317
SALC

AO
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA – 4ºBIS - AC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024 - SRP

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA, CPF [redacted] e Identidade nº [redacted]-DGPC/PA, como representante devidamente constituído da empresa TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, com sede a Av D. Lourdes E. Teixeira, 5266 QD 561 Lt 11 Setor São José – Goiânia (GO) - CEP 74440-185, **CNPJ Nº 49.614.600/0001-39**, doravante denominado Licitante, para fins do disposto do Edital do Pregão Eletrônico nº **90005/2024,** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** foi elaborada de maneira independente pela TERRA DO ESCRITORIO COM. DE MOVEIS LTDA - EPP, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº **90005/2023** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº **90005/2024** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante deste órgão antes da abertura oficial das propostas; e
(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Goiânia (GO), 26 de Março de 2024.

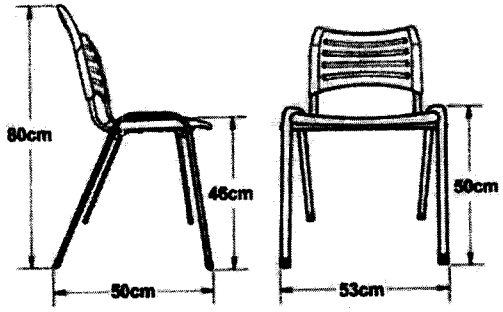
[redacted]

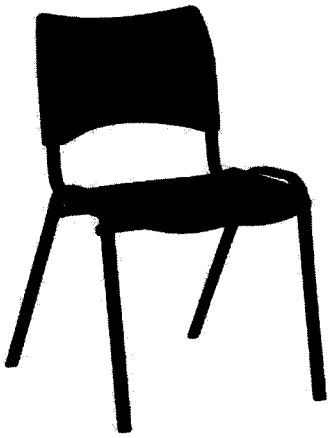
TERRA DO ESCRITORIO COM MOVEIS LTDA EPP
CNPJ 49.614.600/0001-39
JÚLIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
CPF.[redacted] RG. [redacted] DGPC/PA

49.614.600/0001-39
Terra do Escritorio Comercio de Moveis Ltda
Av. D. Lourdes E. Teixeira, nº 5266, Qd. 561, Lt. 11
Setor São José CEP 74.440-185
GOIÂNIA - GO

CMDO FRON ACRE - 4ª DIS
FL: 318
SALC

Prospecto





Cadeira ISO

Cadeira ISO Empilhável em polipropileno - Linha Cadeira em Polipropileno ISO
Peso suportado 120 kg.
Assento: L46,5 x A40,5 cm;
• Encosto: L46 x A30,5 cm;
• Altura total: 82 cm;
• Cadeira empilhável;
• Assento e Encosto colorido
• Estrutura: Tubo oblongo preto.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 319
SALC

PREFEITURA DO
NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTAS)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que adquirimos os produtos da empresa TERRA DO ESCRITÓRIO COM DE MÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 49.614.600/0001-39, situada Rua Formosa, Nº 1.272, Setor Nossa Senhora de Fátima – Goiânia – GO, referente a O.C. 0261/2023 – EMPENHO 08265, conforme Processo nº 20231563768.

Serviço contratado: Aquisição de 20 Unidades de (Armário de Aço, armário, tipo roupeiro de aço para vestiário com 16 portas com venezianas para ventilação. Compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas. Fechamento das portas com dispositivo cadeado já incluso. Estrutura em chapa de aço galvanizado, resistente à corrosão. Pintura animicrobiana, acabamentos livres de arestas cortantes. Pintura eletrostática cinza. Dimensões aproximadas: estrutura 123 x 198 cm. Profundidade de 40 cm. Marca/Fabricante Ideal – PA120).

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, nada constando que a desabone técnica e profissionalmente.

Natal, 04 de janeiro de 2024.

[redacted]

ANA VALDA TEIXEIRA DE VASCONCELOS GALVÃO
Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social
SEMTAS/PMN

Santaflex

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 320
SALC

Goiânia - GO, 13 de Abril de 2023.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para devidos fins que adquirimos os produtos da empresa **TERRA DO ESCRITÓRIO COM DE MÓVEIS LTDA - EPP,** inscrita no **CNPJ nº 49.614.600/0001-39,** situada Rua Formosa, N° 1.272, Setor Nossa Senhora de Fátima – Goiânia – GO, referente a **Nota Fiscal nº 000035**; conforme abaixo mencionados, tendo os compromissos assumidos pela empresa cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente:

QUANT	UND	PRODUTO
05	Und	Longarina ISO 3 lugares
15	Und	Cadeira fixa em polipropileno ISO
01	Und	Roupeiro de aço 16 portas
10	Und	Estante de aço 30cm
03	Und	Cadeira presidente baixa
03	Und	Armário de aço PA 150
03	Und	Mesa 120 x 60
01	Und	Armário Alto 2 portas
01	Und	Mesa de reunião 200 x 100
01	Und	Armário Baixo 2 portas
10	Und	Cadeira Secretária Giratória

Atenciosamente,

SANTAFLEX COM. DE MÓVEIS LTDA ME
CNPJ Nº 10.713.114/0001-32

[redacted]

Carimbo e Assinatura do responsável
RENAN SOUSA FERREIRA
CPF [redacted]

[redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 321
SALC

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**49.614.600/0001-39**
Razão Social:	**TERRA DO ESCRITORIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA**
Nome Fantasia:	**TERRA DO ESCRITORIO**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **24/05/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**20/06/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**09/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**17/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**15/04/2024**
Receita Municipal	Validade:	**28/04/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**30/04/2024**

Emitido em: 01/04/2024 10:19

CPF: 609.XXX.XXX-15 Nome: ALEXANDRO GRANDO

Ass: _____

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 322
SALC

À
COMANDO DE FRONTEIRA - ACRE E 4 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA
PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

A **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA,** inscrita no CNPJ: 07.766.048/0002-35 estabelecida à Rua João Pessoa de Mattos, nº 505, Praia da Costa - CXPST. 662 - Edif. Azzurra Office Tower - VILA VELHA – ES – CEP: 29.101.115, apresenta PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA de fornecimento dos equipamentos abaixo:

LOTE	QTD	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
22	2 UND	Forno De Lastro Kenok 168L Inox 430 Com 1 Grelha F168PIZZ	R$ 2.279,43	R$ 4.558,86
VALOR TOTAL $ 4.558,86 (quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos).				

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 22: FORNO DE PIZZA INDUSTRIAL A GÁS FORNO A GÁS INDUSTRIAL COM PEDRA REFRATÁRIA 100X68 GASTROMI PARA ASSAR PIZZAS E BOLOS EM AÇO INOX, MODELO FIRI110.

CONDIÇÕES COMERCIAIS

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

O prazo de pagamento desta proposta é de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Os prazos de entrega para os equipamentos ofertados são: 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho por meio eletrônico, em remessa única. Rio Branco/AC.

MATRIZ
FILIAL

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 323
SALC

À
COMANDO DE FRONTEIRA - ACRE E 4 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA
PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

Os prazos de garantia para os equipamentos ofertados são: 12 (doze) meses.

DECLARAÇÕES

Declaramos que nesta proposta de preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete ate o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estamos de acordo com todas as normas pertinentes à matéria, conforme edital.

Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

DADOS DO REPRESENTANTE

Nome: Antonio Clemilton do Nascimento Silva
CPF: Nº [redacted]
RG: [redacted] - SSP/DF

Profissão: Empresário
Cargo: Sócio

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA
Endereço: Rua João Pessoa de Mattos, nº 505, Praia da Costa - CXPST. 662 - Edif. Azzurra Office Tower
CEP: 29.101.115
Inscrição estadual: 08400118-6

MATRIZ
[redacted]
FILIAL
[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 324
SALC

À
COMANDO DE FRONTEIRA - ACRE E 4 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA
PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

Inscrição municipal: 220621
CNPJ:07.766.048/0002-35
Contato: Sr. Antonio Clemilton do Nascimento Silva
Telefone: (061) 3425-1117
E-Mail contato: comercial@3dprojetosdf.com.br . Os pedidos de compra devem ser enviados para empenho@3dprojetosdf.com.br .
Dados Bancários: BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA 3599-8, CONTA CORRENTE Nº 22746-3

Vila Velha - ES, 26 de Março de 2024.

Cordialmente,

[redacted]

3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA
Antonio Clemilton do Nascimento Silva
Sócio
CPF Nº [redacted]
RG Nº [redacted] **– SSP/DF**

MATRIZ
SHCS SETOR C E HABITAÇÕES COLETIVAS SUL CR 30 COMERCIO PEDRO EVANGELISTA QUADRA 913, BLOCO C, LOJA 37, PARTE 2157, ASA SUL, BRASILIA - DF, CEP: 70.330-520

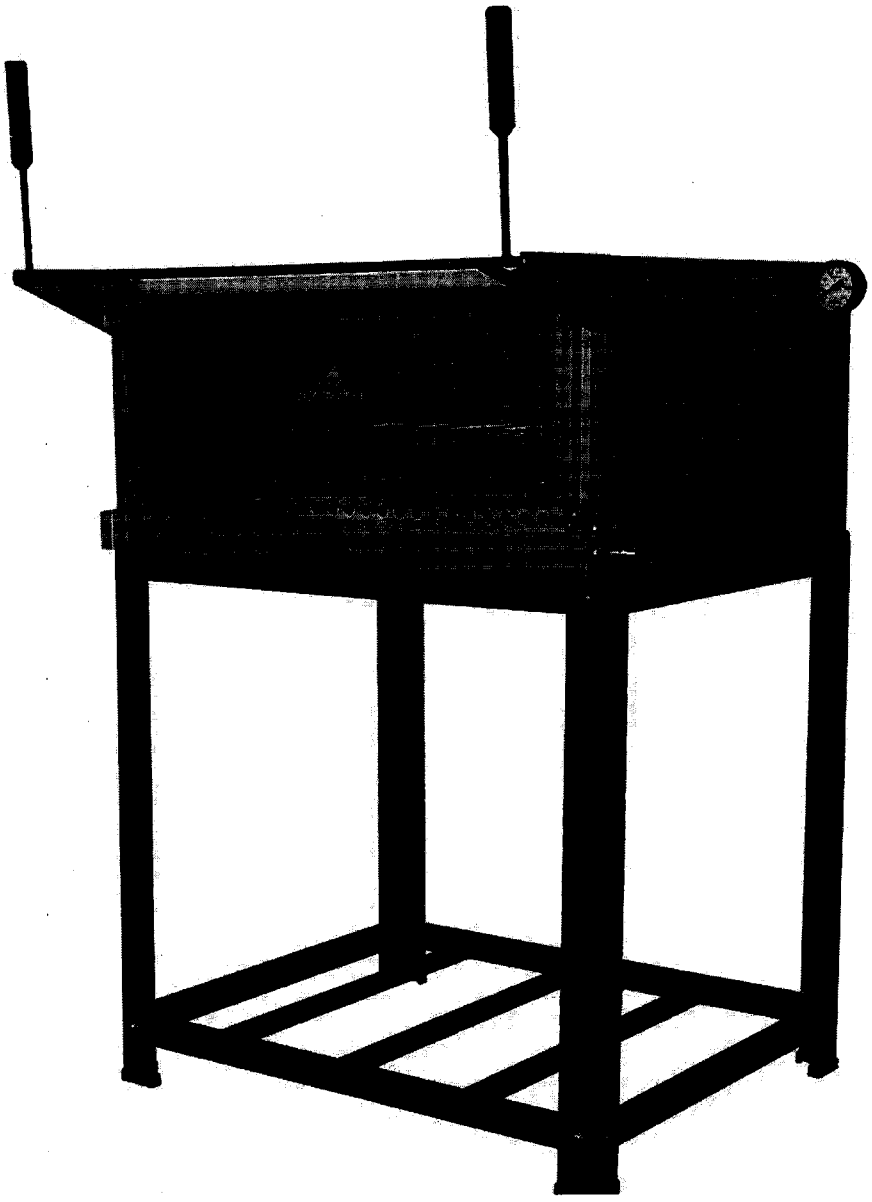
FILIAL
VILA VELHA - ES

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 325
SALC

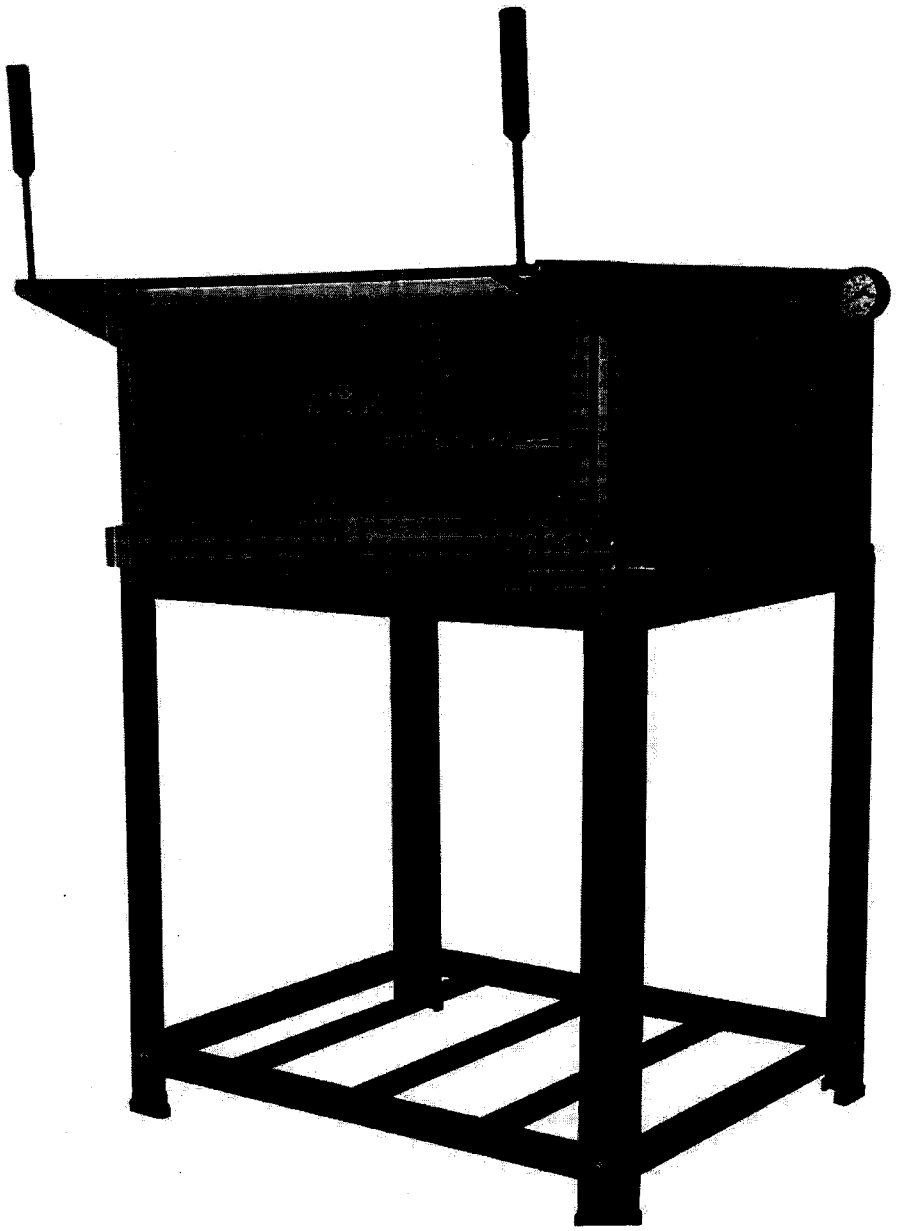
Forno de Lastro Kenok a Gás 168 Litros

alcamar.com.br/forno-de-lastro-kenok-168-litros-f168pizz

HomeCozinha IndustrialForno IndustrialForno Roma de LastroForno de Lastro Kenok a Gás 168 Litros F168PIZZ



CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 326
SALC



Forno de Lastro Kenok a Gás 168 Litros F168PIZZ

Marca: **KENOK**Modelo:**F168PIZZ** Comprando o forno de lastro a gás 168 litros você estará adquirindo um produto de alto desempenho e eficiência para turbinar a produção da sua cozinha profissional!

- Descrição Geral
- Garantia

FORNO DE LASTRO A GÁS 168 LITROS KENOK

Para quem procura um forno de alta qualidade e eficiência para equipar o seu negócio, o **forno de lastro a gás** é a melhor escolha! Com esse produto você poderá preparar deliciosos bolos, pães, salgados, tortas, pão de queijo, carnes, lasanhas e muitos outros alimentos assados. Seu cavalete é confeccionado inteiramente em aço pintado e seu corpo em aço inox 430, garantindo muito mais resistência e durabilidade ao **forno**

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 327
SALC

industrial. O funcionamento do **forno profissional de lastro** é a gás e sua capacidade é de 168 litros. Além disso, possui termômetro para controle de temperatura, regulador de gás baixa pressão e acompanha uma grelha de aço galvanizada para acomodar os utensílios com os alimentos.

Comprando o **forno de lastro a gás** 168 litros você estará adquirindo um produto de alto desempenho e eficiência para turbinar a produção da sua cozinha profissional!

Informações técnicas

Modelo: F168PIZZ
Corpo em aço inox 430
Cavalete e porta panela em aço pintado
Capacidade total: 168 litros
Termômetro de temperatura
Regulador de gás baixa pressão
Acompanha 1 grelha de aço galvanizado

Medidas do forno

Altura total: 1,38 m
Altura externa: 50 cm
Altura interna: 31 cm
Largura externa: 95 cm
Largura interna: 80 cm
Profundidade externa: 74 cm
Profundidade interna: 78 cm
Peso: 80kg

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 328
SALC

Ao
4º Batalhão de Infantaria da Selva/AC
Ref: PE 90005/2024

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

LICITANTE: 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ nº 07.766.048.0002-35
IE ESTADUAL nº 08400118-6
INS. MUNICIPAL nº 220621
ENDEREÇO: Rua João Pessoa de Mattos, nº 505, Praia da Costa - CXPST. 662 - Edif. Azzurra Office Tower
CIDADE: Vila Velha – ES
CEP: 29.101.115
REPRESENTANTE LEGAL: ANTÔNIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA
CPF nº[redacted]
CARTEIRA DE IDENTIDADE nº[redacted]SSP/DF

DECLARA sob as penas da lei, que:

a) se enquadra na condição de **EPP- EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 11 do Decreto nº 6.204/2007;

b) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

c) até a presente data inexistem fatos impeditivos (suspensão, impedimento ou inidoneidade) para a minha habilitação no presente processo licitatório, por quaisquer órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) para fins do disposto no inciso VI do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21, (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 329
SALC

e) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

f) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

g) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

h) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

i) o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;

j) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

k) não possuirmos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal".

l) conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, abaixo transcrito, **informamos que esta empresa não se enquadra para o cumprimento da reserva de cargos, tendo em vista não possuir mais de 100 (cem) empregados.**

"Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: ..."

m) temos pleno conhecimento ao referido Edital e seus Anexos, bem como, recebemos todos os documentos e informações necessárias, as quais possibilitaram a correta elaboração da respectiva proposta comercial, declarando por fim, que aceita e se submete à todas as condições ali estabelecidas;

n) Não constam em nossos quadros societários servidores ou administradores que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança do órgão licitante, atuante na área

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 330
SALC

responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, em cumprimento ao Acórdão Nº 409/2015 – TCU – Plenário;

o) atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, seja na produção e/ou comercialização, armazenamento e transporte do objeto da licitação, em conformidade com todas as legislações vigentes, bem como dos critérios e práticas de sustentabilidade dispostos no Edital e Termo de Referência;

p) não possui contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública de maneira a prejudicar sua capacidade financeira para execução do contrato referente ao Pregão em Epígrafe;

q) Quando contratada assume inteira responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou serviços que causar ao órgão, a terceiros, por si, representantes ou sucessores;

s) Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

t) Declara, sob as penas da lei, que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Vila Velha - ES, 26 de Março de 2024.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]

Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]
Dados: 2024.03.26 11:33:24 -03'00'

3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA
ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA
CPF Nº[redacted]
RG Nº [redacted] – SSP/DF
SÓCIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 331
SALC

Ao
4º Batalhão de Infantaria da Selva/AC
Ref: PE 90005/2024

ANEXO VI –DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa **3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA** , inscrita no CNPJ sob o nº 07.766.048.0002-35, sediada na Rua João Pessoa de Mattos, nº 505, Praia da Costa - CXPST. 662 - Edif. Azzurra Office Tower, Vila Velha -ES, CEP- 29.101.115, neste ato representada por seu representante ANTÔNIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA, inscrito no RG- Nº [redacted]– SSP/DF e CPF/MF sob o nº 781.499.911-15, para os fins
de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024 do Comando de Fronteira Acre/4ºBIS, DECLARA expressamente que:

Atende os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o guia nacional de contratações sustentáveis 6ª edição, atualizado em setembro de 2023, aprovado pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união.

Vila Velha - ES, 26 de Março de 2024.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]
Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]
Dados: 2024.03.26 11:33:33 -03'00'

3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA
ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA
CPF Nº [redacted]
RG Nº [redacted]– SSP/DF
SÓCIO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 332
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.766.048/0002-35**
Razão Social:	**3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA**
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **24/04/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**08/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**03/04/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**10/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**19/06/2024**
Receita Municipal	Validade:	**13/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2024**

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 333
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA
(4ª Bda Estrt/1908)
"BRIGADA 31 DE MARÇO"

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, com sede na Rua Mariano Procópio, 970 – Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 09.595.886/0001-38, atesta que a empresa 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 07.766.048/0001-54, estabelecida à sede SHCS Setor de Habitações Coletivas Sul CR Comércio Residencial, Quadra 502, Bloco C, Loja 37, Parte 2157, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.330-530, nos forneceu, satisfatoriamente, o empenho n° 2019NE800222 – UG 167111, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 002/2019, deste Órgão Gerenciador, no que concerne o(s) produto(s) abaixo discriminado(s), entregue no Almoxarifado do 10º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha:

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL:
- AR CONDICIONADO ELGIN 18.000 BTUS FRIO, MODELO: HLFI18B2FA + HLFE18B2NA (K)
MARCA: ELGIN
FABRICANTE: ELGIN
QUANTIDADE: 05 UND
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.274,00
VALOR TOTAL: R$ 11.370,00
NF: 3979

Quartel em Juiz de Fora – MG, 15 de junho de 2023.

UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA:54510864604
Assinado de forma digital por UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA:54510864604
Dados: 2023.06.19 12:32:40 -03'00'

UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA - Coronel
Ordenador de Despesas do Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha

elaborato

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 334
SALC

Ao
4º Batalhão de Infantaria de Selva - AC
Ref. Pregão Eletrônico nº 90005/2024

Sr. Pregoeiro

Seguindo os ditames do Edital, apresento a V.Sa., nossa Proposta de Preços para aquisição de material de permanente para o Setor de Aprovisionamento conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

PROPOSTA DE PREÇOS

13	FREEZER TIPO: HORIZONTAL, CAPACIDADE: 546 L, ALTURA: 94,40 CM, LARGURA: 166,50 CM, PROFUNDIDADE: 69 CM, QUANTIDADE TAMPAS: 2 UN, SISTEMA DEGELO: MANUAL, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DRENO FRONTAL **PROCEDÊNCIA: NACIONAL** **MARCA: METALFRIO MODELO: DA550 FABRICANTE: METALFRIO**	UND	16	R$ 3.689,99	R$ 59.039,84

1. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para fiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor do item cotado que venham a onerar o objeto dessa licitação.

2. Declaramos que o prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4. Declaramos que o prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias** úteis, contados do recebimento da nota de empenho por meio eletrônico, em remessa única.

4.1 Os bens serão entregues no seguinte endereço: Rua Colômbia, s/n, Rio Branco-Acre, CEP: 69900-679, em dias úteis, nos horários de 9:30h às 16:30h.

5. Declaramos que o prazo de garantia dos itens cotados é de, no mínimo, **12 (DOZE) meses** contados a partir da data da entrega
5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor

DADOS DA EMPRESA:

Nome: ELABORATO COMÉRCIO DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA
CNPJ: 41.558.204/0001-20 Telefone: 92 98195-0004 – SR. ANTONIO PRACIANO
Endereço: Rua Coronel Salgado nº 512, Bairro de Aparecida, 69010-450, Manaus-AM
E-mail: finan.elaboratomoveis99@gmail.com

DADOS BANCÁRIOS:

Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco Santander, Agência: 4584 Conta Corrente nº 13002947-9

Manaus-AM, 17 de abril de 2024.

ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA:41558204000120

Assinado de forma digital por ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA:41558204000120
Dados: 2024.04.17 12:47:59 -04'00'

ELABORATO COMÉRCIO DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA
CNPJ 41.558.204/0001-20
ANTONIO PRACIANO BISNETO
CPF [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 335
SALC

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/04/2024 16:09:53

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA**
CNPJ: **41.558.204/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 336
SALC

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**41.558.204/0001-20**
Razão Social:	**ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA**
Nome Fantasia:	**ELABORATO MOVEIS PLANEJADOS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **15/05/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**02/09/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**04/05/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/09/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**05/05/2024**
Receita Municipal	Validade:	**16/05/2024**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2024**

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 337
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ALFA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ/MF 49.233.193/0001-10					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
8	MODELADORA MASSA PANIFICAÇÃO - MODELADORA MASSA PANIFICAÇÃO TIPO: TRIFÁSICA , DIMENSÕES: 380 X 670 X 400 MM, POTÊNCIA MOTOR: 1/2 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220 V, CONSUMO: 0,18 KW/ H, PESO: 51 KG, CAPACIDADE PRODUÇÃO: 750 A 1.000 PÃES DE 50 G **MARCA:** COPAMETAL **MODELO/VERSÃO:** MS300	Und	2	R$5.198,98	R$10.397,96
10	MESA COPA/COZINHA MATERIAL MESA: AÇO INOX , COMPRIMENTO MESA: 2,90 M, LARGURA MESA: 90 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPO E PRATELEIRA GRADEADO SEM RODÍZIO , ALTURA MESA: 90 **MARCA**: IMECA **MODELO/VERSÃO:** 1,90 M	Und	8	R$1.618,79	R$12.950,32
VALOR TOTAL					**R$ 23.348,28**

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 338
ALC

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva**.

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 339
SALC

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

[redacted]

TRON ACRE - 4º BIS
FL: 340

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 341

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

[redacted]

CPDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 342

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 343

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO [redacted] – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

SHAMON HENRIQUE FEITOSA DE SOUZA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

ASSINADO DIGITALMENTE
SHAMON HENRIQUE FEITOSA DE SOUZA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 344
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 46.344.050/0001-97					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
9	MÁQUINA DE FABRICAR GELO: CARACTERÍSTICAS: DEPÓSITOS PRODUÇÃO: MÍNIMO 80 QUILOGRAMAS/DIA; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: ATÉ 50 KG; CARACTERÍSTICAS DO DEPÓSITO DE GABINETE: AÇO INOX; DIMENSÕES A X L X P (CM): 111 X 89 X 54, PESO 77 KG.	Und	2	R$9.889,00	R$19.778,00
18	CARRINHO DE TRANSPORTE PESADO COM CAPACIDADE PARA 500KG. CHAPA EM AÇO.	Und	2	R$1.921,82	R$3.843,64
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 23.621,64**

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 345
SALC

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 346

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

[redacted]

ESTADO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 347
SALC

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

[redacted]

CDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 348
SALC

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 349
SALC

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 350
SAI C

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

JÚLIO JACK [redacted] - Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

CLEITO PITZ DOS SANTOS
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CLEITO PITZ DOS SANTOS:[redacted]
Assinado de forma digital por CLEITO PITZ DOS SANTOS:[redacted]
Dados: 2024.04.05 11:31:02 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 351
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA – CNPJ 45.329.312/0001-81					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
16	FOGÃO INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO 6 BOCAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 6 QUEIMADORES DUPLOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 43CM X 43CM EM FERRO FUNDIDO (DIAM. MÍNIMO 175 MM). CONSUMO DE GÁS POR QUEIMADOR: 0,510 KG/H COMPRIMENTO DO FOGÃO: MÍNIMO DE 140 CM DE COMPRIMENTO, MÍNIMO 116 CM DE LARGURA OU PROFUNDIDADE E MÍNIMO 80 CM DE ALTURA.	Und	6	R$2.180,55	R$13.083,30
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 13.083,30**

[redacted]

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 352
SAI C

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 353

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 354

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 855

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 356

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 357
MAT.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:
LUCAS GRIEBELER SANDI:[redacted]
Assinado de forma digital por LUCAS GRIEBELER SANDI:[redacted]
Dados: 2024.04.05 11:04:39 -03'00'

LUCAS GRIEBELER SANDI
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 358
SAI C.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE S
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

[redacted]

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DT OFFICE - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA – CNPJ 30.019.904/0001-20					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
12	CAFETEIRA ELÉTRICA - CAFETEIRA ELÉTRICA - CAFETEIRA ELÉTRICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , APLICAÇÃO: INDUSTRIAL , CAPACIDADE: 20 L, VOLTAGEM: 220 UNIDADE 2,00 1.948,54 3.897,08 **MARCA:** MARCHESONI **MODELO/VERSÃO:** CF.4.122	Und	2	R$1.948,54	R$3.897,08
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 3.897,08**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000 1 2024.04.03 16:48:28

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 359
SALC

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

[redacted]

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120
2024.04.03 16:48:40 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 366

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

[redacted]

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120
2024.04.03 16:48:53 -03'00'

FRON ACRE
FL: 361
SALC

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

[redacted]

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120 2024.04.03 16:49:05

CEDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 362
SALC

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

[redacted]

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120 2024.04.03 16:49:15 -03'00'

4º BIS FL: 363 SALC

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

[redacted]

ICP Brasil
DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120
2024.04.03 16:49:26 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 364
SALC

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

ICP Brasil DT OFFICE DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS LTDA:30019904000120 2024.04.03 16:49:38 -03'00'

ROBERTO SANTOS OLIVEIRA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 365
SAI C

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

[redacted]

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DUNAS COMERCIAL LTDA – CNPJ 05.530.834/0001-22					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
6	Amassadeira Semi Rápida Basculante. Equipamento de acordo com a portaria 371/09 do INMETRO, com selo de conformidade expedido pelo mesmo. Possui tampa de proteção móvel intertravada, que impede o acesso à área dos batedores e que, ao ser aberta, efetua a parada imediata. Tacho em aço inoxidável 304 jateado. Exclusivo sistema de braço basculador, que auxilia o operador na retirada da massa do tacho. Batedores em ferro fundido nodular (estanhado). Estrutura em chapa reforçada SAE 1010/1020 com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada. Gabinete fechado para evitar contato com partes móveis (polia, correia, motor, etc.). Motor monofásico tensão 220 V. Ideal para uso em confeitaria (bolo, pão de ló, etc) e para produção de massas úmidas (pão de milho, pão de queijo, etc) e massas granuladas (cobertura de cuca, massa de cuca, etc) e, também, pode ser	Und	2	R$4.442,00	R$8.884,00

Assinado de forma digital por WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=00579163000142, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
Dados: 2024.04.04 09:38:24 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 366
SAI C

	utilizada para misturar recheios, como por exemplo, o da coxinha. Capacidade máxima de massa pronta 25 kg. Motor: ½ CV monofásico.				
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 8.884,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

[redacted]

LLINGTON RIBEIRO RECLA:91716326729
Conjerencia, ou=00679163000142,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em
branco), cn=WELLINGTON RIBEIRO RECLA:91716326729
Dados: 2024.04.04 09:39:19 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 367
SALC

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

[redacted]

Assinado de forma digital por WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=06791630001142, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=Empresarial, cn=WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
Dados: 2024.04.04 09:40:02 -03'00'

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE - 4º BIS
FL: 368
SALC

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

[redacted]

Assinado de forma digital por WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=00679163000142, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=WELLINGTON RIBEIRO RECLA:01716326729
Dados: 2024.04.04 09:43:09 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 369
SAL

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

[redacted]

TON RIBEIRO RECLA:01716326729
rência, ou=00679163000142,
ial - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=Em
LA:01716326729

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 310
SALG

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

[redacted]

...TON RIBEIRO BECLA:01716326729
...ência, ou=00679163000142,
...BF, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em
branco), cn=WELLINGTON RIBEIRO BECLA:01716326729
Dados: 2024.04.04 09:44:18 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 314
SALC

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

Assinado de forma digital por WELLINGTON RIBEIRO RECLA:[redacted]
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferência, ou=00679163000142, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco), cn=WELLINGTON RIBEIRO RECLA:[redacted]
Dados: 2024.04.04 09:45:14 -03'00'

WELLINGTON RIBEIRO RECLA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 372
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas,** Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EGIDE - COMERCIO DE VESTUARIO E ELETRODOMESTICOS LTDA – CNPJ 02.309.765/0001-33					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
5	MOEDOR PICADOR DE CARNE B.22 1,25CV BIVOLT PBM22I - BECCARO É UM PRODUTO INDICADO PARA USO EM RESTAURANTES, COZINHAS INDUSTRIAIS, AÇOUGUES ETC. É UM PRODUTO PARA USO EM MÉDIA OU GRANDE ESCALA PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, POIS SUA CAPACIDADE DE MOAGEM É DE 300 KG/H. POSSUI CORPO E BANDEJA CONFECCIONADOS EM AÇO INOX 430 E BOCAL COMPLETO ESTANHADO. MOA CARNES COM ECONOMIA E SEGURANÇA, VISTO QUE ESTE EQUIPAMENTO ESTÁ EM ADERÊNCIA COM AS DIRETRIZES DE SEGURANÇA DO GOVERNO (NR12) E INMETRO. CAPACIDADE DE MOAGEM :300 KG/H CORPO E BANDEJA: AÇO INOX 430 BOCAL COMPLETO: ESTANHADO DIMENSÕES (ALT X LARG X PROF): 400 X 350 X 700 MM	Und	2	R$3.954,00	R$7.908,00

VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Assinado de forma digital por VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Dados: 2024.04.04 14:07:55 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 373
SALC

	EMBALAGEM: 490 X 390 X 815 MM PESO BRUTO: 49 KG PESO LÍQUIDO: 40 KG MOTOR: 1,25 CV - MONOFÁSICO - 149 RPM TENSÃO: BIVOLT FREQUÊNCIA: 60HZ CONSUMO: 1,12 KW/H. MARCA/MODELO: BECCARO PBM22I.				
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 7.908,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

[redacted]

VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Assinado digitalmente por VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Dados: 2024.04.04 14:08:17 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 374
SALC

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

[redacted]

VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Assinado de digital por V EDUARDO LONGO:010433550 Dados: 2024.04.04 14:08:35 -03'00'

FL: 375

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

[redacted]

VITOR EDUARDO LONGO:04335505757
Assinado de forma digital por VITOR EDUARDO LONGO:04335505757
Dados: 2024.04.04 14:09:01 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 376
SALC

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

[redacted]

VITOR EDUARDO LONGO:01043355057
Assinado de forma digital por VITOR EDUARDO LONGO:01043355057
Dados: 2024.04.04 14:09:18 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
Fls: 377
SALC

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classifica[redacted]

VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Assinado de for[redacted] digital por VITOR EDUARDO LONGO:01043355057 Dados: 2024.04.04 14:09:36 -03'00'

CDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 378
SALC

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:
[redacted]
JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:
VITOR EDUARDO LONGO:[redacted]
Assinado de forma digital por VITOR EDUARDO LONGO:01043355057
Dados: 2024.04.04 14:09:58 -03'00'
VITOR EDUARDO LONGO
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 379
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA – CNPJ 48.277.417/0001-22					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
11	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25 LITROS, COPO MONOBLOCO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA: 1,0 CV , RPM 3500; VOLTAGEM: 127/ 220 V.	Und	6	R$1.581,84	R$9.491,04
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 9.491,04**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

[redacted]

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Assinado de forma digital p JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:351817628 Dados: 2024.04.03 17:18:06 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 380
SAD

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

DA COSTA PESSOA:35181762859

Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859 Dados: 2024.04.03 17:18:02 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 381
SALC

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,

[redacted]

JEFERSON A[redacted] DA COSTA PESSOA:35181762859

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 382
SALC

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Dados: 2024.04.03 17:17:52 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 383

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859

Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Dados: 2024.04.03 17:17:47 -03'00'

ESTADO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 384
SALC

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

[redacted]

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859
Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:35181762859 Dados: 2024.04.03 17:17:42 -03'00'

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 385
SALC

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

JÚLI[redacted] – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:[redacted]
Assinado de forma digital por JEFERSON APARECIDO DA COSTA PESSOA:[redacted]
Dados: 2024.04.03 17:17:38 -03'00'

JEFERSON APARECIDO COSTA PESSOA
Representante da contratada
CPF:[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 386
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 31.499.939/0001-76					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
19	BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE DE 300 KG 90V/250V 55 CM X 40 CM. **MARCA: LIDER, FABRICANTE LIDER BALANÇAS, MODELO: B520 PROCEDÊNCIA NACIONAL** CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO.	Und	4	R$1.390,00	R$5.560,00
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 5.560,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Dados: 2024.04.04 18:44:49 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 387
SALC

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27 5850
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27725850
Dados: 2024.04.04

MUNICÍPIO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 388
SALC

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,

[redacted]

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Dados: 2024.04.04 18:44:35 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 389
SAI C

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI: 27727755850
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Dados: 2024.04.04 18:44:28 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 390

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27755850
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27727755850
Dados: 2024.04.04 18:44:22 -03'00'

GOVERNO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 391
SAI C

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

[redacted]

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27755850 Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:27755850 Dados: 2024.04.04 18:44:14 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 392

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), ~~exceto nas~~ hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

JÚLIO J[redacted]RUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Child Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI:2[redacted]50
Assinado de forma digital por KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHE[redacted]
Dados: 2024.04.04 18:44:09 -03'00'

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 393
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

MKM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIOS E MAQUINAS PARA GASTRONOMIA LTDA – CNPJ 95.276.069/0001-59					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
7	FORNO TURBO ELÉTRICO, FABRICADO EM AÇO SAE 1020, ACABAMENTO EXTERNO DA CÂMARA E DO CAVALETE EM PINTURA EM PÓ ELETROSTÁTICA COM BASE FOSFATIZADA NA COR PRETA, CÂMARA FABRICADA EM AÇO INOX, ISOLAMENTO EM LÃ DE ROCHA DE 50 MM. POSSUI A FRENTE, PORTA E OS SUPORTES DAS BANDEJAS FABRICADO EM AÇO INOX AISI 430. SISTEMA TURBO QUE ATRAVÉS DE UMA HÉLICE, CIRCULA O AR QUENTE FAZENDO COM QUE O PÃO ASSE UNIFORME. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. PAINEL DE FÁCIL OPERAÇÃO, COM BOTÕES DE ACIONAMENTO PARA GERAL, MOTOR E LÂMPADA. CONTROLADOR DIGITAL QUE EMITE UMA ALARME SONORO PARA AVISAR O TÉRMINO	Und	2	R$9.861,00	R$19.722,00

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:5 — Assinado de forma digital MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES 5797004

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 394
SAI C

	DO TEMPO DESEJADO E CONTROLA A TEMPERATURA DESEJADA. CONTROLA O TEMPO DE VAPOR DESEJADO. LUZ PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DA CÂMARA INTERNA. COMPATÍVEL COM BANDEJAS DE 58 X 70CM E 40 X 60CM. POSSUI ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA, O QUE PROPORCIONA AUMENTO NA EFICIÊNCIA DO PREPARO DOS ALIMENTOS. RODÍZIOS PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO. MOTOR: 1,0 CV,TENSÃO:220V; CAPACIDADE PARA 10 BANDEJAS, DIMENSÕES: LXPXA: 1100 X 1430 X 1380 MM. OBS: SERÁ ENTREGUE CONFORME PROSPECTO. MARCA: VENÂNCIO MODELO: FVT10E (FORNO TURBO TWISTER)				
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 19.722,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:5 Assinado de digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:797004

IMO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 395
SAIC

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:5 97004 Assinado de fc digital por MA GIOVAN MARC RODRIGUES:5 Dados: 2024.0

CADO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 396

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:51
Assinado de for digital por MAR GIOVAN MARQ RODRIGUES:51 97004

PMAC FRON ACRE - 4º BIS
FL: 397

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado,

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:5

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 398

para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

[redacted]

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:5 Assinado de fc digital por MARCOS GIOV MARQUES RODRIGUES:51 797004

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES:[redacted]4
Assinado de forma digital por MARCOS GIOVAN MARQUES RODRIGUES[redacted]
Dados: 2024.04.05 15:35:57 -03'00'

MARCOS GIOVAN RODRIGUES
Representante da contratada
CPF:[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 400
SAI.C

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

NOVA MESA UTILIDADES LTDA – CNPJ 53.385.500/0001-55					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
20	ARMÁRIO PANIFICAÇÃO – ARMÁRIO PANIFICAÇÃO - ARMÁRIO PANIFICAÇÃO MATERIAL: AÇO INOX , ALTURA: 1.93 M, LARGURA: 63 CM, PROFUNDIDADE: 74 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PÉS COM RODÍZIOS , CAPACIDADE: 20 **MARCA:** INNAL **MODELO/VERSÃO:** INNAL	Und	6	R$2.869,50	R$17.217,00
21	EXAUSTOR - EXAUSTOR – EXAUSTOR MATERIAL: AÇO CARBONO , POTÊNCIA MOTOR: 1 A 3 CV, TIPO MOTOR: TRIFÁSICO , TENSÃO: 220 V, VAZÃO: 16.800 M3, TIPO: AXIAL , FREQÊNCIA: 60 H **MARCA:** VITALEX **MODELO/VERSÃO:** VITALEX	Und	4	R$1.141,00	R$4.564,00
VALOR TOTAL DA ATA					**R$ 21.781,00**

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 401

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a

[redacted]

ESTADO DO ACRE - 4º BIS
FL: 402

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 403

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 404
SALC

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

[redacted]

CADO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 405
SAIC

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 406

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

NOVA MESA UTILIDADES LTDA:53385500000155
Assinado de forma digital por NOVA MESA UTILIDADES LTDA:53385500000155 Dados: 2024.04.05 13:57:16 -03'00'

FREDERICO FAGUNDES
Representante da contratada
CPF: [redacted]

FREDERICO RABELO FAGUNDES:10302718796
Assinado de forma digital por FREDERICO RABELO FAGUNDES:[redacted]
Dados: 2024.04.05 13:57:39 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 407
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

[redacted]

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ORIGEM COMÉRCIO E SOLUÇÕES INTEGRADAS – CNPJ 48.340.933/0001-54					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
25	FILTRO DE ÁGUA MARCA: FUSATI MODELO: ATLÂNTICO 1500L/H ORIGINAL	Und	2	R$6.250,00	R$12.500,00
VALOR TOTAL DA ATA					**R$12.500,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 408

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 409
SALC

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,

[redacted]

CMDO FRON ACRE FL: 410

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

FRON ACRE - A
FL: 411
SAI C.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 412
SAI C

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

[redacted]

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 413

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

48 340 933 KELLYN VIEIRA:48340933000154
Assinado de forma digital por 48 340 933 KELLYN VIEIRA:48340933000154
Dados: 2024.04.04 12:48:23 -03'00'

KELLYN VIEIRA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 414
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

[redacted]

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12 – PE 90005/2024
(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº[redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ORRITH LTDA – CNPJ 53.628.278/0001-74					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
2	COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MINIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTES ITENS: DUTO COM 300MM DE DIÂMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIÂMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIÂMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO. –	Und	2	R$10.461,90	R$20.923,80

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764 Dados: 2024.04.05 11:32:58 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 415
SAI C.

	MARCA NAHAL METAL SOLUTIONS.				
	VALOR TOTAL DA ATA				**R$20.923,80**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[redacted]

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764 Dados: 2024.04.05 11:33:14 -03'00'

TRON ACRE - 4º BIS
FL. 416

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e

nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

[redacted]

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764 Dados: 2024.04.05 11:33:3 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 418
SALC

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

[redacted]

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Dados: 2024.04.05 11:33:57 -03'00'

FRON ACRE - 4º BIS
FL: 419
SALC

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:02758140764
Dados: 2024.04.05 11:34:15 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 420
SALC

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:[redacted]
Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES:[redacted]
Dados: 2024.04.05 11:34:36 -03'00'

ELAINE CRISTINA AMARAL MEIRELLES
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 421
SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA – CNPJ 49.495.719/0001-30					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
14	LAVADORA ALTA PRESSÃO - LAVADORA ALTA PRESSÃO PRESSÃO: 1800 PSI, VAZÃO: 300 L/H, TENSÃO: 110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RODAS, GATILHO AUTODESLIGÁVEL, MISTURADOR, PISTO- , TIPO: LAVA-JATO , MODELO: MONOFÁSICO **MARCA:** LAVOR **MODELO/VERSÃO:** FAST EXTRA 135	Und	2	R$1.035,00	R$2.070,00
VALOR TOTAL DA ATA					**R$2.070,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de pr**[redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130

Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Dados: 2024.04.05 10:10:35 -03'00'

FL: 422

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130 Dados: 2024.04.05 10:11:01 -03'00'

2º OFRON ACRE - 4º BTS
FL: 423

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,

[redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130 Dados: 2024.04.05 10:11:19

1º TABELIONATO DE NOTAS FRON ACRE - 4º BIS
FL. 424

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Dados: 2024.04.05 10:11:34

FL: 425

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

CMBO FRON ACRE - AC
426
SAIC
SIS

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

[redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Dados: 2024.04.05 10:12:05 -03'00'

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 427

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

GUILHERME RODRIGUEZ LOPEZ COSTA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130

Assinado de forma digital por RI EMPREENDIMENTO COMERCIAL LTDA:49495719000130
Dados: 2024.04.05 10:12:20 -03'00'

TCP ELETROS LTDA:49998224000123 24000123 Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Dados: 2024.04.03 16:53:11 -03'00'

CMDO FRON AC FL: 428

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

TCP ELETROS LTDA – CNPJ 49.998.224/0001-23					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
3	AR CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FASE MONOFÁSICA (1F), FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.	Und	4	R$2.198,00	R$8.792,00
4	AR-CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL	Und	2	R$3.698,00	R$7.396,00

TCP ELETROS LTDA:49998224000123 00123
por TCP ELETROS LTDA:49998224000123
Dados: 2024.04.03 16:53:27

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 429
SALC

	CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.				
15	BEBEDOURO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC, 4 TORNEIRAS, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, 2 TORNEIRAS DO TIPO "TORNEIRA" E 2 TORNEIRAS TIPO "ESGUICHO" NAS EXTREMIDADES, ACOMPANHADO DE FILTRO, COMPRESSOR, GÁS R134A (ECOLÓGICO), CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, TENSÃO 220V, GARANTIA DE 12 MESES. ACOMPANHADO DE KIT INSTALAÇÃO, KIT MANGUEIRA PARA UTILIZAÇÃO EXTERNA DA TORNEIRA.	Und	2	R$3.075,00	R$6.150,00
17	ARMADILHA LUMINOSA SLIM-115 PEGA MOSCAS MOSQUITOS INSETOS. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO DIMENSÕES: 66X6,0X27,8 CM PESO: 2,3 KG COR: BRANCO POTÊNCIA: LÂMPADAS LED ULTRAVIOLETA DE 8 WATTS QUE EQUIVALEM A UMA DE 40 WATTS COMUM. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 50M TENSÃO: 220V. (POSSUI GRADE DE PROTEÇÃO NOS 2 LADOS, FRONTAL E POSTERIOR).	Und	8	R$495,00	R$3.960,00
23	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE EM AÇO INOX COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM REBAIXO ESTAMPADOS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO TAMANHO: COMPRIMENTO MÍNIMO 850 MM (85 CM) LARGURA MÍNIMA DE 450 MM (45 CM) ALTURA MÍNIMA 900 MM (90 CM	Und	2	R$1.280,00	R$2.560,00
24	IMPRESSORA TÉRMICA: IMPRESSORA DE ETIQUETA PARA CRIAR RÓTULOS DE PAPEL PARA PACOTES, ENVELOPES, PASTAS DE ARQUIVO, CRACHÁS, ENTRE OUTROS. ESSA IMPRESSORA TÉRMICA REALIZA IMPRESSÕES COM ALTA VELOCIDADE DE ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇO POR MINUTO COM TEXTO PRETO A 300 DPI, ALÉM DISSO, REALIZA IMPRESSÕES DE ETIQUETAS PRÉ- DIMENSIONADAS, FÁCEIS DE DESTACAR, ALÉM DE FITAS EM PAPEL E EM	Und	2	1.000,00	2.000,00

[redacted]

TCP ELETROS LTDA:4999822 4000123 Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123

CMDO FRON ACRE - 4º BIS FL: 430 SALC

	FILME DE COMPRIMENTO CONTÍNUO DA LINHA DE FITAS DK.				
VALOR TOTAL DA ATA					**R$30.858,00**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

[redacted]

TCP ELETROS LTDA:49998224000123 0123
Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123
PRONACRE - 4º BIS
FL. 431
SALC

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e

TCP ELETROS
LTDA:49998224 por TCP ELETROS LTDA:49998224000123
000123 Dados: 2024.03.03 16:54:12
CMO FRONTEIRA ACRE - 4º BIS
Fl. 432

nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

[redacted]

TCP ELETROS Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49999[illegible] 24000123 [illegible]
FL. 433

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

[redacted]

LTDA:499982 digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Dados: 2024.04.03
24000123 16:54:39 -03'00'
CMDO FRON ACKE - 4º DIS
FL: 434

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Dados: 2024.04.03 16:54:52 -03'00'

FL: 435

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO J[redacted]RUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Assinado de forma digital por TCP ELETROS LTDA:49998224000123 Dados: 2024.04.03 16:55:06 -03'00'

THAIS DE CASTRO PACHECO
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE
FL: 436
SAI C

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15– PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

TERRA DO ESCRITORIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA – CNPJ 49.614.600/0001-39					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
1	CADEIRA ESCRITÓRIO/REFEITÓRIO ISO EMPILHÁVEL COM ESTRUTURA EM AÇO: ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. ACABAMENTO: FILTRO UV COR: PRETA. CAPACIDADE MÍNIMA PARA SUPORTAR 120 KG. DIMENSÕES: ALTURA TOTAL: MÍNIMO 81 CM E MÁXIMO 85 CM; ALTURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; LARGURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: MÍNIMO 40 CM MÁXIMO 45; ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 31 CM E MÁXIMO 35 CM; LARGURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 45,5 CM E MÁXIMO 50 CM. **MARCA/FABRICANTE MRPLAST - ISO**	Und	180	R$99,00	R$17.820,00
VALOR TOTAL DA ATA					**R$17.820,00**

[redacted]

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245

Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:54:06 -03'00'

CMDO FRON AC
FL: 437
SALC

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação [redacted] rcício financeiro a

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
FL: 438

disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

[redacted]

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:54:39 -03'00'

CMDO FRON ACRE - A
FL: 439

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus pre[redacted] mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancel[redacted]

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:54:55 -03'00'

TJ/AC FRON ACRE - 4º BIS FL: 440

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

[redacted]

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:55:09

CMO FRON ACRE - 4º BIS FL: 441

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

[redacted]

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:55:25 -03'00'

CMDO FRON ACRE - 4 BIS
FL: 442

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 08 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

[redacted]

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF[redacted]

CONTRATADA:

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Assinado de forma digital por JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREA:03649000245
Dados: 2024.04.05 11:55:49 -03'00'

JULIO VENCESLAU SANTIAGO CORREIA
Representante da contratada
CPF:[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 443
SAI C

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16– PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA– CNPJ 07.766.048/0002-35					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
22	FORNO DE LASTRO KENOK 168L INOX 430 COM 1 GRELHA F168PIZZ	Und	2	R$ 2 .279,43	R$ 4 .558,86
VALOR TOTAL DA ATA					**R$4.558,86**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115
Assinado de forma digital p ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115 Dados: 2024.04.12

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 444
SALC

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115 Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115 Dados: 2024.04.12 17:00:09 -03'0

ESTADO FRON ACRE - FL: 1145 SAIC

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991 Assinado de forma digital pc ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991 15 Dados: 2024.04.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
FL: 446

facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115 Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115 Dados: 2024.04.12 17:00:57 -03'0

FL: 447

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115

Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991111
Dados: 2024.04.12 17:01:12 -03'0

CMDO FRON ACRE - 4º DIS
FL: 448

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual

[redacted]

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115
Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:78149991115
Dados: 2024.04.12 17:01:31 -03'00'

caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 15 de abril de 2024.

CONTRATANTE:

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS
CPF [redacted]

CONTRATADA:

ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]
Assinado de forma digital por ANTONIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA:[redacted]
Dados: 2024.04.12 17:01:56 -03'00'

ANTÔNIO CLEMILTON DO NASCIMENTO SILVA
Representante da contratada
CPF: [redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 450

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17 – PE 90005/2024

(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44)

O **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva**, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas**, Conforme Publicado em **BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS**, inscrito no CPF nº [redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: **14/03/2024, edição 51, seção 3, página 10** do processo administrativo n.º **65323.001620/2024-44.** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento,** especificados nos itens 01 a 25 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS – CNPJ: 41.558.204/0001-20					
Item	**Descrição do Material**	**Und Med**	**Qdt**	**Valor Unt (R$)**	**Valor Total (R$)**
13	FREEZER TIPO: HORIZONTAL, CAPACIDADE: 546 L, ALTURA: 94,40 CM, LARGURA: 166,50 CM, PROFUNDIDADE: 69 CM, QUANTIDADE TAMPAS: 2 UN, SISTEMA DEGELO: MANUAL, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DRENO FRONTAL **PROCEDÊNCIA: NACIONAL MARCA: METALFRIO MODELO: DA550 FABRICANTE: METALFRIO**	Und	16	R$3.689,99	R$59.039,84
VALOR TOTAL					**R$ 59.039,84**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

[redacted]

TRUN ACRE - 4º BIS
FL: 454

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

~~4.8.~~ A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 452
SALC

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 458
SALC

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

[redacted]

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 454

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

[redacted]

CMDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 459
SALC

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

[redacted]

COMANDO FRON ACRE - 4º BIS
FL: 455
SALC

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, 23 de abril de 2024.

[redacted]

JÚLIO JACKSON GONÇALVES DA CRUZ – Maj
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS

ANTONIO PRACIANO BISNETO
Representante da contratada

ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA:41558204000120

Assinado de forma digital por ELABORATO COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA:41558204000120
Dados: 2024.04.23 15:57:42 -04'00'

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Ao vigésimo quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, procedemos ao encerramento deste processo nº 65323.001620/2024-44, que se encerra com a folha de nº 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) do que, para constar, subscrevo e assino..

Rio Branco-AC, 25 de abril de 2024

[redacted]

PÂMELA PARCIANELLO DOS SANTOS – 2º Ten
Chefe da Seção de Aquisição Licitações e Contratos